

«É IMPERIOSO RESTITUIR AOS PORTUGUESES A DIGNIDADE E O CARÁCTER COMO CIDADÃOS E A IDENTIDADE NACIONAL COMO PATRIOTAS».

General Galvão de Melo

A Voz de LOULÉ

SEMANÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

(Preço avulso: 5\$00)

N.º 733

ANO XXVII

28/6/1979

Composição e Impressão
«GRÁFICA EDITORA»
Av. João Ferreira da Maia, 20
Telef. 92091 RIO MAIOR

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO

José Maria da Piedade Barros

Redacção e Administração

GRÁFICA LOULETANA

Telef. 6 25 36

LOULÉ



PORTE
PAGO

AMNISTIA SEM JULGAMENTO?

Continuamos, ao que parece, a viver em pleno surrealismo de um processo revolucionário, que já conheceu diversas alternâncias e nuances, vários donos e inflexões doutrinares, mas que continua o mesmo no que respeita ao fa-

brico de idiotices. Aí, a batalha da produção está francamente ganha, pois em matéria de idiotas e respectivas asneiras apresentamos uma balança comercial superavitária, com grandes potencialidades (e bastante falta fazial...) no campo da exportação...

Mais importante que tudo isto, ou mais grave, conforme queiramos, subsiste a forma corrente como pessoas altamente respon-

sabilizadas na hierarquia militar, política e social da sociedade portuguesa, continuam a atestar cabalmente a sua estupidéz e incompetência, ou, pior que isso, a querer fazer de todos nós uns malquinhos e tapados de inteligência

Vem isto a propósito, do tão falado caso da amnistia dos implicados em todas as golpadas (continua na pág. 3)

O GENERAL GALVÃO DE MELO

estive no Algarve e disse porquê

O General Galvão de Melo é um homem do 25 de Abril e por isso muito conhecido de todos os portugueses que acompanharam o desenrolar de aconteci-

mentos que se seguiram àquela histórica data.

Acompanhou de perto (esteve dentro) do Processo Revolucionário que esteve em curso neste país, mas depressa viu que estavam sendo traídos os ideais de quantos acreditaram (e lutaram) pela instituição de uma democracia em Portugal. Por isso foi afastado, perseguido, insultado, vaiado e enxovalhado pelos marionetes que continuam manipulados para criar o clima de terror e instabilidade propícia à implantação de uma nova ditadura.

Apesar das acções que empreendeu na consolidação do 25 de Abril, o general Galvão de Melo foi dos políticos mais perseguidos por ter tido a coragem de se recusar aceitar o servilismo a potências estrangeiras e porque teve a ombridade e a força de ânimo suficientes para enfrentar os perigos e denunciar as traições mais vis e as situações mais infames.

Mas, de cabeça erguida, colocou os interesses de seu e nos-

(Continua na pág. 9)

76 mil vietnamitas fogem do regime comunista de terror

Lançados no mar, como quem joga fardos de bacalhau podre, ou toneladas de café excedentário, 76 mil vietnamitas, amontoados em pequenas embarcações de pesca, procuram fugir ao regime comunista do Vietnã, onde a fe-

(Continua na pág. 6)

EM RECENTE CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

Cabrita Neto considera uma autêntica «farsa» o problema levantado no Algarve em consequência da Lei das Finanças Locais

Continua polémico o problema do Imposto de Turismo. O Dr. Carrapato e as Câmaras socialistas do Algarve dizem que não

querem acabar com a Comissão de Turismo, pois «apenas» pretendiam ficar com a totalidade das receitas que, na sua muito discutível opinião, lhes pertence.

Agora, porém, e após meses de premeditado silêncio, aparece Cabrita Neto a denunciar publicamente a trama que foi muito mal urdida para justificar a sua substituição na presidência da C. R. T. A. pois a puerilidade de argumentos deita por terra todo um processo que teria de ser honesto

para uma tomada de posição tão importante para o turismo algarvio.

Segundo afirmou Cabrita Neto, na conferência de imprensa que deu em Lisboa no dia 12 de Junho, a sua exoneração era justificada basicamente com os seguintes argumentos:

«O Cabrita Neto estava a adquirir um grande prestígio à frente da C.R.T.A. que estava a funcionar muito bem... estava a apare-

(Continua na pág. 9)

No País dos escândalos

Quem rouba afinal os agricultores do Algarve?

Segundo informações fornecidas pela Anop, os dois conceituados diários lisboetas «O Dia» e a «Luta», de 14 de Julho de 1978, divulgaram notícias semelhantes sob o título de «Agri-

cultores do Algarve burlados na compra de tractores», frisando que mais de setenta agricultores algarvos estariam burlados por uma escandalosa fraude mui-

(continua na pág. 4)

De novo em foco o problema das barragens da serra do Algarve

Durante a conferência de imprensa a que noutro lugar nos referimos, foi de novo tratado um problema que é crucial para a problemática do desenvolvimento

do Algarve: as barragens da serra do Algarve.

Focou-o o Dr. Luís Madeira e ele tem o nosso inteiro aplauso porque aplaudiremos tudo o que entendermos seja de bom para a melhoria das condições de vida da nossa gente. E considerando que a vida é impossível onde não houver água é claramente evidente que é urgentíssimo tomar providências para que o Algarve não

se transforme numa região desértica como já é previsível a curto prazo... se não se tomarem providências.

Aliás o Algarve já está considerado a nível de estudos mundiais, como uma região pré-desértica e isso é simplesmente catastrófico para todos nós.

E o que é mais triste é que este problema vem sendo debatido

(Continua na pág. 7)

FONTE FILIPE: — Um recanto belo do Concelho de Loulé



A luxuriante vegetação que caracteriza a região de Querença dá-lhe uma extraordinária beleza.

(Ler na página 6)

Novos serviços na Delegação da Caixa de Previdência de Loulé

(PAGINA 5)

O Partido Socialista quer contribuir para o desenvolvimento do Algarve

(PAGINA 5)

LOULÉ vai ser promovida a zona agrícola

Depois de agitado o problema da Extensão Rural na Assembleia Municipal e nas colunas de «A Voz de Loulé» pelo nosso colaborador sr. José Ferreira Torres,

foi o mesmo informado por um dos técnicos-agrários dos Serviços Regionais de Faro que Loulé vai ser promovida a Zona Agrária.

(Continua na pág. 9)

RÁDIO TELEVISÃO INDEPENDENTE

— um milhão e meio de contos

(PAGINA 6)

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

PRIMEIRO CARTÓRIO

Notário: Licenciado
Nuno António da Rosa
Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º A-107, de fls. 100 a 102, v., se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada hoje, na qual:

a) Maria Cecília Oliveira Calado Martins, casada segundo o regime da comunhão geral de adquiridos, com José Rodrigues Martins;

b) Jaime de Sousa Calado, e mulher, Cecília das Dores Oliveira Calado;

c) Maria das Dores Oliveira, solteira, maior; — todos residentes nesta vila, se declararam, a identificada na alínea a) dona da nua propriedade, e os identificados nas alíneas b) e c), do usufruto vitalício e do direito de ocupar todo o rés-do-chão, que actualmente ocupam, até à morte do último, do seguinte prédio:

Urbano, de rés-do-chão, com nove compartimentos para habitação, uma dependência e quintal, situado na actual Rua Manuel Guerreiro Pereira, número trinta e dois, desta vila e freguesia de São Clemente, confrontando do norte com rua, do nascente com José de Sousa Rico Júnior, do sul com José de Sousa Rico e do poente com Eufémia Maria Gonçalves e João Leandro Jorge, omisso na Conservatória do Registo Predial deste concelho, e inscrito na respectiva matriz predial sob o artigo número três mil duzentos e dezanove, com o valor matricial e declarado de sessenta e oito mil e quarenta escudos.

Que são titulares da referida inscrição matricial elas justificantes Cecília das Dores Oliveira Calado e Maria das Dores Oliveira;

Que o prédio supra descrito lhes pertence, na forma indicada, pelo facto de eles justificantes, identificados nas alíneas b) e c), o terem doado, com reserva do direito de usufruto vitalício para eles doadores e com direito de habitar todo o

rés-do-chão que actualmente ocupam, até à morte do último, como se disse, e ainda por forças das quotas disponíveis deles justificantes identificados na alínea b) à ora justificante identificada na alínea a), por escritura de doze de Janeiro de mil novecentos e setenta e sete, lavrada a folhas trinta e nove, verso, do livro número A-noventa e dois, de notas para escrituras diversas, deste Cartório.

Que atendendo ao disposto no artigo treze, número um do Código do Registo Predial não é aquela escritura título suficiente para registo, a verdade, porém, é que eles justificantes identificados nas alíneas b) e c), eram donos e legítimos possuidores, em comum e em partes iguais, em propriedade plena e com exclusão de outrem, do prédio então doado, pelo facto de,

em data imprecisa, mas que sabem ter sido por volta do fim do ano de mil novecentos e trinta e nove, elas justificantes Cecília das Dores Oliveira Calado e Maria das Dores Oliveira, então solteiras, maiores, haverem comprado, em comum e em partes iguais, e pelo preço de quatro mil setecentos e trinta e quatro escudos, um talhão de terreno para construção urbana, com a área de duzentos e setenta e um metros quadrados, com a situação e confrontações do prédio urbano, em que o transformaram, a José da Costa Guerreiro, e mulher, Maria Amália Madeira Marreiros Guerreiro, casados segundo o regime da comunhão geral de bens e que foram residentes nesta vila, por mero contrato verbal, nunca reduzido a escritura pública; — tendo no mesmo dado início à construção do prédio urbano supra descrito, o qual se encontrava concluído em fins do seguinte ano de mil novecentos e quarenta; — sendo também certo,

Que desde a data em que adquiriram o terreno, inicialmente elas justificantes mulheres identificados nas alíneas b) e c), o passaram a possuir, bem como o prédio urbano, em que o transformaram e posteriormente ao casamento dela justificante Cecília das Dores Oliveira Calado, com ele justificante Jaime de Sousa Calado,

todos eles justificantes identificados nas alíneas b) e c), somente o prédio urbano supra descrito, em nome próprio e sem a menor oposição de quem quer que fosse, posse sempre exercida sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, sendo assim a sua posse pacífica, contínua e pública, pelo que na data em que o doaram à ora justificante, identificada na alínea a) Maria Cecília Oliveira Calado Martins, também já o haviam adquirido por usucapião.

Que em face do exposto, não têm eles justificantes identificados nas alíneas b) e c) possibilidade de comprovar o seu direito de propriedade sobre o aludido prédio, pelos meios extrajudiciais normais. Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 15 de Junho de 1979.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

PRIMEIRO CARTÓRIO

Notário: Licenciado
Nuno António da Rosa
Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 11 do corrente, lavrada de fls. 105, v. a 108, do livro n.º C-107, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída uma associação de fim ideal, denominada «Clube D. Pedro», com sede no Hotel D. Pedro, em Vilamoura, freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, que durará por tempo indeterminado e que tem por fim a promoção cultural, desportiva e recreativa dos seus associados, sendo as condições essenciais

VENDE-SE

Loja e cave, com cerca de 200 m2 em fracções separadas, em Portimão, por 1 300 contos.

Tratar com: Lázaro Afonso Romão — VILAMOURA. (4-2)

Trespasa-se

O Restaurante «O Abrigo» junto à Shell, nas Quatro-Estradas, por motivo de retirada. Tratar com Madeira ou Afonso. (3-2)

VENDE-SE

Uma horta c/ 45 laranjeiras a 200 m das Quatro Estradas. Informa Restaurante Rocheta (junta às Sentinelas), Pereiras de Quarteira ou telf. 63123 — Quarteira. (4-2)

GROSSO & FONTES, LDA.

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

PRIMEIRO CARTÓRIO

Notário: Licenciado
Nuno António da Rosa
Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de hoje, lavrada de fls. 97 a 99, v. do livro n.º A-107, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, Dorina Maria Guerreiro Palma Gonçalves Grosso e Rosa Maria Graça Lã e Fontes, cedaram as quotas que possuíam, no valor nominal de 250 000\$, cada uma, na sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, com sede nesta vila, «Grosso & Fontes, Lda.», respectivamente, a Abílio de Almeida Martins e João Almeida Martins, pelo que saíram da sociedade, e autorizaram que os seus apelidos continuassem a fazer parte da firma social;

Pela mesma escritura foram os cessionários nomeados gerentes, e, em consequência, pelos actuais e únicos sócios da referida sociedade José Gonçalves Grosso, Joaquim Vieira Fontes, Abílio de Almeida Martins e João Almeida Martins, alterado o artigo 5.º do pacto social, que passou a ter a seguinte redacção:

Art.º 5.º — 1. A gerência da sociedade e a sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, fica a cargo de todos os sócios, desde já nomeados gerentes, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em Assembleia Geral e com dispensa de caução.

2. Para obrigar validamente a sociedade basta a assinatura de qualquer sócio gerente.

3. Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como fianças, abonações, letras de favor e outros semelhantes. Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 15 de Junho de 1979.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

VENDE-SE

Dois apartamentos em Vilamoura. Um mobilado e outro sem mobília.

Tratar Telf. 62452 — Loulé.

CASA EM FARO

Vende-se uma casa de 2.º andar, de construção recente, com 4 assoalhadas e marquise.

Tratar na Rua do Alportel, 117-r/c — Faro. (5-4)

«GINDUNGO»

FÁBRICA DE APERITIVOS

Fornecimentos a Snacks-Bar, Cafés, Restaurantes e Supermercados, de uma variadíssima gama de aperitivos tais como risóis, croquetes, pastéis, panados, saladas, maioneses, cabritos e leitões, a retalho, frango e outras aves, sobremesas diversas: pudim, musse, maçã assada, etc.

CONTACTAR COM:

JOÃO PEDRO CHAGAS LDA.

Rua dos Cortes Reais — MONCARAPACHO (4-4)

GABINETE TÉCNICO DE ENGENHARIA

CONSTRUÇÃO CIVIL

PLANTAS — PROJECTOS — CALCULOS — ESTUDOS

Rua da Matriz, 11
LOULÉ

Telf. 95153
Vila Nova de Cacela
(10-7)

FAMEL - ZUNDAPP

A GRANDE VENCEDORA DOS CAMPEONATOS

NACIONAIS DE 76, 77 E 78!

Motorizadas FAMEL-ZUNDAPP

um conjunto de confiança!

FAMEL — ÁGUEDA

Amnistia sem julgamento?

(continuação da pág. 1)

pós-25 de Abril, e que já foi votada pela Assembleia da República, por proposta do Partido Socialista, foi vetada, aparentemente pelo Presidente da República, e, tudo indica, será aprovada por maioria, na recarga desta bola ao poste, pela mesma Assembleia da República. Para cúmulo de toda esta situação, há quem diga à boca cheia, que a proposta da Lei de Amnistia foi encomendada pelo próprio General Ramalho Eanes ao Partido Socialista, que por troca com qualquer coisa, lá aceitou fazer o frete. Vá a gente entender...

Pois a verdade, nesta jiga-joga do jogo político, das aparências e das aparências, dos triunfos de manga e jogadas de bastidores, é que ninguém parece muito interessado em discutir o fundo puro e cristalino da questão. É que só poderá haver amnistia, depois de haver julgamento, e de haver inculcados e condenados. Pois de caso contrário, estar-se-ia a amnistiar, porventura, um inocente, que nunca chegaria a provar em tribunal a sua inocência, e ficaria para sempre com a mancha de amnistiado. Igualmente, estar-se-iam a meter no mesmo saco, criminosos com os que o

não são, o que é uma grave injustiça, e só deixa transparecer a intenção de passar uma esponja por cima de todos os acontecimentos, e todos nós sabemos como há gente que não usa esponja nem para tomar banho. Porque a verdade, é que nos centros de decisão, políticos e militares, quer-se evitar a todo o custo que os julgamentos do 28 de Setembro, 11 de Março e 25 de Novembro mostrem a verdade ao Povo Português, e ponham a descoberto toda a cáfila de malandros e criminosos que participou na destruição deste País, e atento contra as liberdades e dignidades e muitos milhares de pessoas. Isso só demonstra que a clique destes senhores, mais ou menos vermelha ou rosa, com punho direito ou esquerdo no ar, continua a mesma. Isto só quer dizer que Eanes não cumpriu, e mentiu e enganou 61% do Povo Português que nele depositou as suas esperanças de ver que a Justiça não era palavra vã em Portugal!

Amnistia? Talvez! Mas só depois do julgamento! Porque a amnistia, segundo definição de dicionário, é um perdão geral, concedido pelo Chefe de Estado, para certa ordem de crimes. A amnistia difere do perdão ordinário em que este suprime a execução da pena, mas deixa subsistir as consequências acessórias da condenação; ao passo que a amnistia anula estas últimas, juntamente com a pena, e restitui ao amnistiado todos os direitos que fruíra antes da condenação.

Portugal só será uma verdadeira democracia, quando tiver julgado e condenado todos os que atentaram contra ela, e que como muito bem sabemos, não foram só os fascistas e os Pides! Portugal só terá a face limpa, quando todos os culpados pelo des-

calabro nacional se sentarem no banco dos réus, e forem julgados e condenados pelos seus crimes. Depois, sim, poder-se-á pensar em amnistias. Será a hora da Verdade, de reconciliação nacional, se ela for viável e possível. Agora, amnistia sem julgamento, nuncal isso será trair o Povo Português!

E o mais curioso é que coisas deste género passam despercebidas à maioria das pessoas, as quais nem têm vagar de reflectir sobre estes problemas. Sabem apenas que os deputados são quase todos advogados e que eles é que sabem de leis. Os outros não têm que se preocupar com esses problemas — a não ser quando sentem que lhes estão a meter as mãos nas algibeiras...

C. A.



CÂNDIDO DOS REIS
SIMÃO

MISSA

2 ANOS DE SAUDADE

Sua família participa a todas as pessoas amigas e de suas relações que, sufragando a alma do saudoso extinto, será rezada missa na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Quarteira, no próximo dia 4 de Julho pelas 19 horas, agradecendo antecipadamente a todas as pessoas que se dignem participar neste piedoso acto.

Sítio das Pereiras — Quarteira



ABEL DOS SANTOS

AGRADECIMENTO

Sua família, agradece a todas as pessoas que de qualquer forma compartilharam da sua dor, vem tornar público o seu mais penhorado agradecimento a todos aqueles que o acompanharam à sua última morada, numa derradeira expressão de pesar que calou fundo nos seus corações.

Para todos o penhor da nossa gratidão.

Agência Cavaco — Loulé

HABILITAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

SEGUNDO CARTÓRIO

Notário: Licenciada

Maria Odília Simão Cavaco
e Duarte Chagas

Certifico, nos termos do artigo 79.º do Código do Notariado, que por escritura lavrada no dia 18 deste mês, de folhas 54 v.º a folhas 55 v.º do Livro n.º B-59 de Notas para Escrituras Diversas, do cartório acima indicado, foi declarado que por óbito de Manuel Gonçalves Farinho, ocorrido no dia 30 de Maio deste ano, no Hospital desta vila e freguesia de São Clemente, natural da freguesia de São Sebastião, concelho de Loulé, residente no sítio da Estrada de Vale de Judeu, na mesma freguesia de São Sebastião, no estado de solteiro, sem testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, sem herdeiros legítimos, pelo que segundo as regras da sucessão legítima sucedeu-lhe como único e universal herdeiro seu irmão Germano José Gonçalves Farinho, solteiro, maior, natural da dita freguesia de São Sebastião

e residente no sítio já referido da Estrada de Vale Judeu.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 19 de Junho de 1979.

O 3.º ajudante,

Maria de Fátima Guerreiro
Rodrigues

Aluga-se e Vende-se

Apartamentos em Loulé e Quarteira nos meses: Julho, Agosto e Setembro.

Tratar pelo telefone 65852 (das 20 às 22 horas) — Quarteira.

(2-2)

Trespasa-se

Estabelecimento de Fazendas e Pronto a Vestir. No melhor local da vila de Loulé.

Tratar telf. 62452 — Loulé.

Vende-se — Horta

Com muita fruta, muita água, moradia e estábulos.

Tratar com Francisco Aleixo — Fonte Santa — Quarteira.

(4-3)

VENDE-SE - HORTA

Com 5 000 m2 terra, cercada de parede com 200 laranjeiras e outras árvores de fruta e vinha toda em volta, a 1 km de Vilamoura e a 50 m da Estrada principal. Tratar pelo Telef. 62968 ou 62786 — LOULÉ.

(4-2)

VENDE-SE

Um atrelado de carro, tipo de 250 Kg, em estado novo. Tratar com Abílio Brito Martins — Sítio do Castelão — LOULÉ.

(4-2)

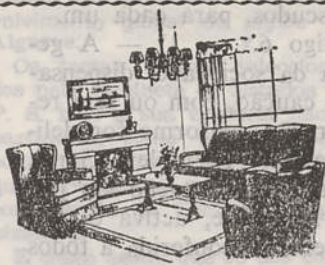
VENDE-SE

Óptimos apartamentos de 3 assoalhadas, próximo Liceu de Faro, em fase de acabamento.

Trata próprio: Manuel Bota Filipe Viegas — Vale d'Éguas — Almansil. Telef. 94115.

(4-3)

Casa Simão



A MOBILADORA

ANTÓNIO SIMÃO VIEGAS, LDA.

34, Avenida Marçal Pacheco, 35 a 51
Praça da República, 8 — Telefone 62110 PP

LOULÉ

Móveis completos em todos os estilos e móveis avulso

Candeeiros — Decorações — Estofos — Colchoaria

TERRENOS

ALGARVE

QUINTAS, FAZENDAS, COURELAS (C/ OU S/ CASA).

PARA TODAS AS DIMENSÕES, PREÇOS E LOCALIZAÇÕES.

COMPRA E VENDE: JOSÉ VIEGAS BOTA —

R. SERPA PINTO, 1 A 13 — TELFF. 62634 — LOULÉ.

Em Vale da Venda

NA ESTRADA NACIONAL FARO-PORTIMÃO

Há algo de novo para conhecer e admirar:

Galerias Pinto Gago, Lda.

Um novo estabelecimento ao serviço do
BOM GOSTO DECORATIVO

ESPECIALIZADA EM:

Móveis Clássicos ★ Mobiliário de Jardim ★ Grande diversidade em Móveis de Bambú ★ Tapeçarias Decorativas ★ Carpetes de Arraiolos Candeeiros ★ etc.

— TUDO PARA O SEU LAR —

Nas Galerias PINTO GAGO, LDA.

Vale da Venda — Telef. 28588 — Almansil — LOULÉ

(4-3)

A. I. A. — Agência Imobiliária do Algarve, Lda.

ALUGUER, VENDAS E ADMINISTRAÇÃO
COMPRA — VENDE — ALUGA:

APARTAMENTOS, MORADIAS, TERRENOS
BILHETES DAS EMPRESAS:
MUNDIAL TURISMO E RODOVIÁRIA NACIONAL

★
Telef. 65763 — Rua Diogo Cão, 12 (junto ao Turismo)
QUARTEIRA — ALGARVE

Quem rouba afinal os agricultores do Algarve?

(Continuação da pág. 1)
to bem urdida por gestores (?) de uma empresa intervencionada.

O caso foi habilidosamente aproveitado pelo facto de os referidos agricultores terem comprado os tractores com letras aceites e feito entregas por conta das reformas à firma João A. I. Andrade, de Faro, como representante da firma de Lisboa J. J. Gonçalves que, por sua vez, figura como vendedor... porque emitiu as letras.

Mas aconteceu simplesmente que os legítimos proprietários da J. J. Gonçalves foram pura e simplesmente saneados durante o PREC e a Comissão de Trabalhadores, que os substituiu, alegou que as letras não estavam pagas porque a sua representação em Faro não prestava contas.

Os compradores cumpriram a sua obrigação pagando a João Andrade o valor das reformas e disso têm documentos mas os novos gestores (?) de J. J. Gonçalves entendem que a dívida se mantém para com a firma J. J. Gonçalves e por isso entregaram o problema para o Tribunal resolver, lançando nas malhas da Justiça quem honestamente pagou as suas contas.

Símbolos da hipocrisia mais reles e da mentira mais descarada são, porém, quantos, não satisfeitos ainda por terem destruído uma empresa próspera e desacreditado um nome que pela honestidade de processos de trabalho, conseguiu impôr-se à consideração geral.

Insaciáveis na sua gula de tudo aniquilarem à sua volta (porque para isso são instigados) esses auto-destruidores da própria empresa que lhes garante a sobrevivência, são apadriñados pelo sr. Engenheiro Bobone, que ilegítimamente ocupa as funções de director, e com ele fizeram um conluio para fomentar mais conflitos e ruínas daqueles a quem já burlaram.

A tramóia foi tão astuciosamente urdida que até parece perfeitamente clara a posição dos trabalhadores de J. J. Gonçalves, e a «prova» é que a firma João A. I. Andrade abriu fa-

lência e o seu proprietário «fugiu» para o estrangeiro...

Só o que não se diz (porque convém esconder a limpa face da verdade) é quem provocou essa falência!

Porém, para quem acompanhou as manobras e se sente lesado por indivíduos sem o mínimo de escrúpulos, a Verdade tem uma face muito mais clara: era urgente arruinar todas as empresas prósperas deste País e todas as cabalas serviam o objectivo que era preciso atingir.

Os métodos usados variaram conforme os casos e as circunstâncias ocasionais. No Alentejo destruindo herdades, no Algarve arruinando agricultores, através duma imposição judicial comprovada por uma letra aceite em poder do sacado!

Isso já provocou algumas situações de ruína das que, face à justiça, pagaram 2 vezes o mesmo tractor!

Desta forma se sugou dinheiro a agricultores honestos e se roubou dinheiro ao Estado, em consequência de subsídios e empréstimos que este concedeu e que somam alguns milhares de contos, que foram estupidamente desbaratados.

Nós entendemos que quem provocou deliberadamente estes crimes não pode ficar impune perante tanta destruição e pura vigarice, que tantos prejuízos causam ao País.

Devem ser exigidas contas aos melfantes que provocaram a falência de 2 prósperas firmas aproveitando-se de circunstâncias favoráveis a burlas e depois culparem os outros das aldrabices que eles próprios fizeram.

Prejudicaram terceiros e foram também vítimas dos seus próprios erros... porque provocaram o seu próprio desemprego. Depois culpam os outros da situação que provocam deliberadamente.

É preciso que fique bem claro que a falência de João A. I. Andrade foi propositadamente provocada pelos trabalhadores de J. J. Gonçalves, Scurs. para poderem exigir o duplo pagamento de letras já pagas.

É preciso que os tribunais sai-

bam que por detrás desta grande burla está J. J. Gonçalves e que não deve condenar-se agricultores que nada devem. Eles serão atirados para a ruína se tiverem de pagar em duplicação as extravagâncias de aldrabões, mentirosos e falsificadores.

Mas atenção. É preciso que se saiba também que J. J. Gonçalves, Scurs., de hoje não é nem tem qualquer semelhança com a autêntica J. J. Gonçalves de outrora, cuja lisura de transacções a credenciaram como uma firma honesta e prestigiada por anos de trabalho honesto, fecundo e dinamizante. Depois de 25 de Abril foi saqueada e comercialmente desacreditada por uns quantos revolucionários/aldrabões a quem foi ordenado o cumprimento de uma sinistra missão: destruir!

Poderá parecer estranho a algumas pessoas ouvirem falar assim, mas o certo é que o assunto é bem muito mais grave do aquilo que muita gente julga. E por esse mesmo motivo pedimos às autoridades ou pessoas competentes nas responsabilidades que seja feito um inquérito rigoroso ao assunto, que pela parte que nos toca ainda muito ficou por dizer e gostosamente daremos mais esclarecimentos. Os meus préstimos poderão evitar ainda a perda de haveres de muitos agricultores.

Ficamos ao dispor de quem se interesse por saber mais pormenores acerca desta grande burla.

Boliqueime, Junho/1979

Primo Sousa Pereira

A Voz de Loulé, n.º 733, 28-6-79

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LOULÉ

ANÚNCIO

(2.ª Publicação)

Pelo Juízo de Direito da comarca de Loulé e 1.ª secção, correm éditos de SEIS MESES, contados da 2.ª e última publicação deste anúncio, citando MARÇAL PIRES DE FREITAS, solteiro, maior, morador que foi em Lanus Oeste, Buenos Aires, República da Argentina e antes de emigrar, no sítio da Lagoa de Momprolé, freg.ª de S. Sebastião, concelho e comarca de Loulé, agora ausente em parte incerta para, no prazo de 20 dias posterior àquele dos éditos, impugnar, na acção especial para declaração de morte presumida com o n.º 32/79, o pedido formulado pelos requerentes Maria José de Sousa de Freitas e marido José Rodrigues Ferreira Maltez, residentes em Lanus Oeste atrás referido.

No mesmo processo são citados por éditos de SEIS MESES, igualmente contados da 2.ª e última publicação deste anúncio, os interessados incertos para, no prazo de 20 dias, depois de decorrido o dos éditos, impugnar a referida ausência daquele Marçal Pires de Freitas.

Loulé, 4 de Junho de 1979.

O Juiz de Direito,
Mário Meira Torres Veiga

O Escrivão de Direito,
João do Carmo Smedo

Manuel Ricardo M. da Silva & Companhia, Limitada

SECRETARIA NOTARIAL

DE LOULÉ

SEGUNDO CARTÓRIO

Certifico, para efeitos de publicação que por escritura lavrada no dia um deste mês, de fls. 117 a fls. 118, v do Livro n.º A-58 de notas para Escrituras Diversas do Cartório acima indicado, em que os sócios da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que gira sob a firma de «Manuel Ricardo M. da Silva & Companhia, Limitada», resolveram aumentar o capital social da mesma, subscrivendo os sócios Manuel Ricardo Mendes da Silva e Julieta Guerreiro, a quantia de trezentos e cinquenta mil escudos cada um, pelo que o artigo terceiro, e os número um, dois e três do artigo sexto passam a ter a seguinte redacção:

Artigo 3.º — O capital social integralmente realizado em dinheiro e noutros valores constantes da escrituração respectiva, é de novecentos mil escudos, e foi subscrito pelos sócios, Manuel Ricardo Mendes da Silva e Julieta Guerreiro, com uma quota do valor de trezentos e cinquenta mil escudos, cada e, Valter José Domingos da Piedade e Eunice Clara Guerreiro da Silva, com uma quota do valor de cem mil escudos, para cada um.

Artigo 6.º — 1) — A gerência da sociedade, dispensada de caução, com ou sem remuneração conforme for deliberado em Assembleia Geral, e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, é conferida a todos os sócios que desde já ficam nomeados gerentes.

2) — Para obrigar validamente a sociedade, basta a assinatura de qualquer um dos sócios, Manuel Ricardo Mendes da Silva ou Julieta Guerreiro, ou qualquer uma das restantes conjuntamente com qualquer uma daquelas assinaturas.

3) — Os sócios não poderão delegar os seus poderes de gerência, em pessoas estranhas à sociedade.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 8 de Junho de 1979.

O 3.º Ajudante,

Maria Fátima Guerreiro Rodrigues

VENDEM-SE

Propriedades, próximo da vila e periferia. De boa terra de semear e abundante arvoredo.

Facilidades de água e luz.

Tratar na Rua Condestável D. Nuno Álvares Pereira, 3 (Largo do Chafariz) — Loulé. (8-1)

VENDE-SE

Propriedade, no sítio de Vale da Rosa, freguesia de S. Sebastião.

Uma outra propriedade no sítio de Vale Telheiro (Loulé).

Ambas com figueiras, amendoeiras e oliveiras.

Tratar com Augusta G. Gonçalves — Rua dos Combatentes, 55 — LOULÉ. (2-1)

VENDE-SE

3 propriedades separadas, uma delas tendo casa de habitação, cisterna e luz, no sítio de Olho de Água — Loulé.

Tratar com Joaquim Paulino de Sousa — Rua Frei Joaquim de Loulé, n.º 24 — LOULÉ. (2-2)

LUIZ PONTES

ADVOGADO

Rua D. Paio Peres Correia, n.º 31 — Tel. 62406

LOULÉ

Aos comerciantes algarvios

A Associação dos Comerciantes do Distrito de Faro, resultante da fusão das Associações de Faro, S. Brás de Alportel, Tavira, Vila Real de S. António, Castro Marim e Alcoutim, Loulé e da aderência de algumas centenas de comerciantes dos concelhos de Olhão, Albufeira, Silves, Lagoa, Lagos, vem informar todos os comerciantes do Algarve que porventura ainda não estejam associados nas associações acima referidas que poderão fazer a sua inscrição a nível local nas associações concelhias ou na sede sita em Faro na Rua da Marinha, n.º 11-1.º, telefone 22524.

Mais se informa que já a Associação recém-criada dispõe duma eficiente assistência, inclusive jurídica, que se encontra ao dispor de todos os associados.

A COMISSÃO INSTALADORA

BETONEIRAS



— DIESEL E ELÉCTRICAS
— STOCKS PERMANENTES
— ENTREGAS IMEDIATAS

MARQUES & C.ª LDA.

Rua 25 de Abril, 55 — 8400 LAGOA — Telef. 52409
(4-3)

NOVOS SERVIÇOS NA DELEGACÃO DA CAIXA DE PREVIDÊNCIA EM LOULÉ

A Delegação da Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de Faro, em Loulé, encontra-se a funcionar transitoriamente na Secretaria do Posto Clínico de Loulé, a Avenida José da Costa Mealha, n.º 84.

O objectivo que esteve subjacente à instalação em Loulé da referida Delegação, foi uma descentralização da Caixa, por forma a aproximar os serviços das populações locais.

E assim, além dos serviços que já prestava, já podem agora ver resolvidos em Loulé mais os seguintes problemas:

1) — Os mais variados assuntos relacionados com a Caixa de Faro, e com a Caixa Nacional de Pensões, designadamente:

a) — Pagamento de contribuições de todos os regimes especiais de Previdência (comerciantes, trabalhadores independentes, pessoal doméstico, abono de família dos rurais, etc.).

b) — Solicitar qualquer espécie de requerimentos para a concessão dos benefícios de segurança social.

c) — Entregar os documentos necessários à inscrição dos beneficiários e concessão de benefícios.

d) — Adquirir as folhas de férias e as guias de depósito do regime geral de previdência e dos regimes especiais.

e) — Solicitar os esclareci-

mentos relacionados com assuntos de interesse dos trabalhadores e contribuintes abrangidos pelo âmbito da Caixa de Faro.

Na delegação existe também um elemento do Serviço Social, que trata dos assuntos específicos deste serviço.

Está previsto que, em breve, as contribuições e as respectivas folhas de férias e guias de depósito, possam igualmente ser entregues na Delegação local, o que evitará despesas e transtornos.

Dar-se-á conhecimento oportuno quando da sua concretização.

Felicidades os serviços da Caixa pelas inovações agora introduzidas na Delegação de Loulé.

CARTA DO AMEIXIAL

As leis do nosso país não abrangem a Serra do Caldeirão?

Com o pedido de transcrição da carta que transcrevemos a seguir, e invocando o facto de os Serviços dos Correios, seus destinatários, não terem «dado resposta satisfatória» ao assunto em questão, recebemos da Comissão de Habitação do Ameixial, uma comunicação datada de 6 de Junho, com o fim que anunciamos.

Ameixial, 24 de Maio de 1979
Ex.mo Senhor:
CHEFE DA CIRCUNSCRIÇÃO
POSTAL DA PROVÍNCIA DO ALGARVE
FARO

Em resposta ao Vosso Ofício n.º 128, de 17 do corrente, cumprimento esclarecer o seguinte:

Não está em causa, a nosso

ver, no momento presente, o facto, de Ana da Silva, mãe de Abílio Antunes, Mártires, alegando que a citada carta lhe pertencia, ter por esta sido levantada nos Correios desta localidade, indevidamente, e em seguida por ela entregue a seu filho.

Está em causa, sim, o facto do Abílio Antunes, Mártires, depois de a ter lido e pelo seu conteúdo se certificado que lhe não pertencia, a não ter entregue imediatamente no citado Posto dos Correios, como lhe competia, pois não só o não fez, como se recusou terminantemente a isso, apresentando argumentos que pelo seu nenhum fundamento não merecem ser aqui repetidos.

O destinatário do ofício é, como já dissemos anteriormente, uma «Comissão de Habitantes» desta localidade, de que faço parte e nos foi endereçado pelo Ministério da Administração Interna, que no acto da citada entrega logo foi posto em causa e individualizado, na pessoa do signatário, que o reclamou acto contínuo, mas sem qualquer resultado em face da formal recusa da Ana da Silva, em mostrá-lo sequer!

Sendo nos termos da Constituição, o sigilo da correspondência e de outros meios de comunicação invioláveis, e quer se trate de pessoas singulares ou colectivas — a Lei não faz qualquer distinção — é-lhes assegurado esse direito, esta Comissão encontra-se algo embaraçada com o facto de por intermédio daquele senhor nos terem sido violados esses direitos perante a Lei e posto em xeque esses Serviços, pela forma arrogante como o fez, sejamos agora informados pelo ofício em referência que os Serviços dos Correios «não podem ser responsabilizados pela entrega da carta, uma vez que, a mesma não estava endereçada em nome individual».

A encarar-se o problema desta maneira, podemos afirmar que os utentes dos Correios, no Ameixial, não estão de parabéns, por que o sistema pode generalizar-se, sem perigo de maior, estão criados os precedentes.

A faculdade do recurso aos Tribunais, não é negado a ninguém, mas quando se encaram certas implicações desse recurso extremo e se considera o seu dispêndio, especialmente para localidades a mais de 50 quilómetros da sede do Concelho, deslocações várias, despesas inerentes e inevitáveis morosidades na aplicação da Lei, verificar-se-á sem qualquer esforço que quando for sancionada a entrega de tal correspondência, já ela não terá qualquer utilidade prática para nós, não será assim?

Eis as razões por que voltamos a insistir e a reclamar que por esses Serviços adequadas e urgentes providências sejam tomadas para que a carta do Ministério da Administração Interna nos seja entregue pelo citado indivíduo que dela se apoderou abusivamente.

Com os nossos melhores cumprimentos.
Pela «Comissão de Habitantes» do Ameixial,

Manuel Francisco Júnior

ARMAZÉM — ALUGA-SE

No sítio da Goncinha, com 160 m2.

Tratar com Dionísio Barros Viegas — Rua dos Combatentes da G. Guerra, 22-1.ª — LOULÉ.

(3-1)

O Partido Socialista

quer contribuir para o desenvolvimento do Algarve

Numa reunião que teve como principal objectivo apresentar o programa da metodologia e dos objectivos do I Encontro de Estratégias de Desenvolvimento Regional do Algarve, o qual veio a realizar-se nos dias 23 e 24 de Junho no Hotel Montehor em Albufeira, o Centro de Estudos do Algarve do Partido Socialista promoveu, no dia 16 de Junho, uma conferência de imprensa no Hotel Eva em que foram revelados os principais aspectos considerados essenciais para o estudo dos problemas de desenvolvimento global da região do Algarve.

Os temas foram seleccionados pela Gabinete de Estudos do P. S. mas a sua essência não é partidária, como diria o nosso conterrâneo Dr. Luís Madeira, que presidiu à reunião como componente da Comissão Organizadora.

E tanto assim que 98 dos componentes convidados para o Encontro não são filiados no P. S. O principal objectivo é debater problemas e congregar pessoas que que contribuam para encontrar soluções práticas e eficazes para que as potencialidades do Algarve, nos mais diversos ramos da actividade sectorial, sejam devidamente aproveitadas.

De salientar que persiste a ideia, que nos parece válida nos seus objectivos, (embora com os seus riscos inerentes) de criar a Região Autónoma do Algarve, concepção esta muito debatida durante o chamado Gongalvismo, em que se pretendeu transformar este país numa União de República Socialista Portuguesa, e de que o Algarve seria a região piloto.

Agora, porém, parece que quase tudo será um pouco diferente até porque o socialismo está hibernando em Portugal e as pessoas já chegaram à conclusão de que só o desenvolvimento pode proporcionar mais felicidade e maior alegria de viver. A destruição sistemática dos valores materiais e morais só pode levar-nos ao caminho da miséria e da fome.

Portanto, a ideia de que o Algarve pode e deve ser a região ideal para uma experiência de autonomia no Portugal metropolitano é defendida muito acertadamente por quantos se têm debruçado sobre o assunto. Aliás temos características específicas ímpares e bem definidas e até geograficamente é uma região diferente e portanto predestinada a uma certa autonomia que nada tem a ver com independência.

O Dr. Luís Madeira frizou claramente (e nós lembramo-nos antes do 25 de Abril) que, finalmente, o Algarve vai deixar de estar dependente de Évora, coisa que muitos algarvios só se apercebiam quando as suas cartas de condução vinham de lá ou problemas de tribunal estavam dependentes de Évora, assim como problemas de ordenamento territorial e até como região militar.

E tudo isto agravado com os problemas de deslocação àquela cidade alentejana que são muito mais difíceis e demorados do que em relação a Lisboa, de cujos departamentos seria lógico dependermos.

De resto os problemas do Algarve não têm nada de comum com Évora; nem a agricultura, nem o comércio, nem a indústria, nem o turismo e muito menos a pesca.

O Dr. Luís Madeira foi claro ao frizar que o problema da autonomia vai levar anos a ser resolvido e nós entendemos que deve ser feito com muita cautela e honestidade para se evitarem erros que sejam símbolos de descalabro autárquico e de que já temos tristes exemplos no Ameixial e em Quarteira (que são, por agora, os mais visíveis e flagrantes).

Respondendo a uma pergunta que lhe foi feita acerca das vantagens ou inconvenientes do nosso desenvolvimento turístico e das mudanças de atitude verificadas no comportamento de pessoas ligadas a esse sector, o Dr. Luís Madeira responderia que, na verdade, nos primeiros tempos que se seguiram ao 25 de Abril se fez e se disse muita asneira, mas que nem sempre correspondia à verdade aquilo que se dizia tivesse sido proferido por políticos que, em determinada altura, convinha «bater».

E, com aquela facilidade de palavra que alia a uma boa dicção, o Dr. Madeira dissertou depois acerca de turismo, apontando-o como uma actividade necessária a qualquer país e vanta-

josa para todos os homens que precisam de gozar férias ou desejam conhecer outros povos e regiões, frizando que a própria linha chamada turismo de massas que se pretendeu impôr em Portugal nem sequer é seguida pelos países que o apregoaram do estrangeiro...

«Eu estive lá e vi», disse o Dr. Madeira, ao referir-se às modestas instalações de férias para os trabalhadores e aos hotéis de luxo que se destinam aos ocidentais, que podem pagar com a moeda forte de que esses países tanto carecem para o seu desenvolvimento.

x x x

Dada a proximidade desta reunião preparatória com o I Encontro da Reflexão, por agora acrescentaremos que os debates foram distribuídos pelos seguintes painéis:

1 — Actividade Produtiva: Agricultura, indústria, turismo e pescas. Moderador: Eng.º António Guterres.

2 — Problemática Social: Saúde, educação e cultura e segurança social. Moderador: Prof. Miller Guerra.

3 — Qualidade de Vida — Urbanismo: Equipamento Social e Ambiente. Moderador: Prof. Gomes Guerreiro.

Estes problemas foram debatidos por pessoas que o P. S. considera altamente qualificadas dentro dos seus ramos de actividade e por isso mesmo é evidente que tiveram o interesse característico dos debates com argumentação baseada em elementos de precisão.

Faremos depois mais pormenorizada referência aos problemas debatidos e esperamos que dessa troca de ideias resultará algo de positivo para o progresso do Algarve, que o mesmo é dizer para o bem estar do algarvio.

TRESPASSA-SE

Estabelecimento de Fazendas, Retroseiro, Chapelaria e Confeções, situado no melhor local da vila de Loulé.

Com ou sem recheio. Amplo espaço para qualquer outro negócio.

Tratar com Francisco Portela — Telef. 62755 — Loulé. (4-1)

PRECISA-SE

Senhora, falando inglês, para trabalhar nos Escritórios da Candia, Lda. «Casa de Decorações», em Almansil. Essencial ter boa experiência de dactilografia. Horário das 9,00 h. às 13,00 h. e das 14,30 h. às 18,00 h. de Segunda a Sexta-feira. Telefonar para 94332 pedindo impresso de inscrição.

TRESPASSA-SE

Dois estabelecimentos de tecidos e confeções, com ou sem existência, servindo para qualquer ramo de comércio, no melhor local da rua do Comércio em OLHAO.

Tratar pelos telefones 72635 ou 72529 — OLHAO.

A UNIÃO FAZ A FORÇA

INSCREVA-SE JÁ NA ASSOCIAÇÃO DOS COMERCIANTES DO DISTRITO DE FARO. PARA MAIS INFORMAÇÕES DIRIJA-SE A RUA DA MARINHA, N.º 11-1.º EM FARO OU PELO TELEFONE N.º 22524.

JALEX - PUBLICIDADE

RECLAMOS LUMINOSOS

CARTAZES PUBLICITÁRIOS

Telefone 53247
Rua 5 de Outubro

ALBUFEIRA
(10-1)

Rádio Televisão Independente

— Um milhão e meio de contos

Todos nos lembramos certamente do aparecimento bombástico da RTI, e de como os órgãos do poder, tremaram de medo e de surpresa, fazendo as mais inesperadas cabriolas desmioladas, tentando justificar o injustificável, e procurando abafar o caso. Estava-se na altura da transição do primeiro para o segundo governo constitucional, e o aparecimento dessa brecha encontrada perderam o domínio da Comunicação Social, conscientes da enorme força que representa a Televisão e ávidos de manterem o controle sobre o monopólio estatal da Televisão.

De então para cá, tem sido uma luta incessante, que está ainda longe de ter terminado.

Segundo Tomás Rosa, infelizmente, a via cooperativa no nosso País, foi desvirtuada. A prática das forças totalitárias e antidemocráticas criou uma falsa imagem do cooperativismo, que repugna. E, todavia, o cooperativismo tem aspectos positivos, como o demonstram inúmeros exemplos que nos chegam dos países nórdicos, nomeadamente a Suécia, onde há iniciativas bem estruturadas e com frutos bem válidos.

Por outro lado, este carácter cooperativista, tem também a vantagem de negar o controlo por

parte de qualquer grupo com interesses económicos ou políticos. Muito embora existam sócios fundadores candidatos à Presidência da República, como Pinheiro de Azevedo e Galvão de Melo, a orientação da RTI nada tem que ver com os projectos pessoais desses indivíduos.

Opinião curiosa é expressa pelo capitão Tomás Rosa, quando afirma que considera acertada a disposição que impede a Televisão de ser objecto e propriedade privada, «porque dada a instabilidade política que se vive em Portugal, qualquer grupo com possibilidades faria dela uma arma terrível».

Genericamente, a implantação dos centros de emissão e toda a máquina prevista pela RTI, poderá alcançar o milhão e meio de contos.

Finalmente, registemos uma afirmação de Tomás Rosa, que nos dá muito que meditar: «Na RTP aprendi muito do ponto de vista político, porque eu julgava que só o PC é que era uma força totalitária, e afinal não são só os comunistas que procuram monopolizar a Comunicação Social. Há outras forças que gostariam de arrear o PC do comando, como era o caso da Televisão, para serem eles próprios a manipular esse órgão informativo».

FONTE FILIPE:

— Um belo recanto do concelho de Loulé

Apesar de há muito se dizer que o Algarve é uma província predestinada para o turismo, a verdade é que há ainda muitos lugares totalmente desconhecidos por quem aprecia a beleza dos passeios pelos nossos campos.

Dotou a Natureza o concelho de Loulé com zonas especialmente privilegiadas onde a amenidade do clima e a quietude e beleza natural se conjugam para nos deliciar o espírito e olhos ávidos de recantos paradisíacos.

E assim, desde a verdejante e bela orla marítima, até às inóspitas regiões serranas, há todo um manancial de recantos a aproveitar, de riquezas turísticas a explorar, com incalculáveis benefícios a nível regional e até nacional.

O aproveitamento turístico de certas regiões não beneficia apenas o alargamento de áreas a visitar por quem esteja seduzido de nos conhecer melhor, mas também as populações locais, pois é sabido que, sem vias de comunicação, não há progresso possível.

E por isso que é urgente, rasgar mais estradas e melhorar as já existentes no concelho de Loulé porque só com boas vias de comunicação é possível transaccionar os produtos da terra para os colocar a preços aceitáveis nos mercados consumidores.

Vem tudo isto a propósito duma recente visita que fizemos ao sítio da Amendoeira e, mais propriamente, à Fonte Filipe, que é uma região de extraordinária produtividade agrícola, devido à grande abundância de água e fertilidade do seu solo.

Além disso é uma área inóspita, cuja agressividade convém a conservar. E tal o interesse, que já foi incluída como Reserva Natural, após aturados estudos realizados por uma equi-

pa do Meio Ambiente que trabalha em Faro e actua a nível de todo o Algarve.

Foi esta equipa que em data recente esteve na Assembleia Municipal de Loulé a expor os seus planos de acção e a explicar aos presentes quais as vantagens duma Reserva Natural e o que é preciso (e urgente) fazer para não degradar o meio ambiente.

Na opinião dos técnicos, a região de Querença é uma das que, no Algarve, merece cuidados especiais, pois ali existe uma vegetação que, por ser já rara, é preciso que seja acautelada para que não se perca irremediavelmente.

Só de orquídeas há 12 espécies raras, que estão sob vigilância especial para que se desenvolvam e há também muitas outras plantas características dum meio ambiente com raros encantos de beleza e sossego propício a excelentes passeios pelos seus belos campos bem tratados, por gente muito zeladora e amiga dos seus pedaci-

MISSAS NO CONCELHO DE LOULÉ

A aproximação do Verão vai trazer até nós muitos turistas nacionais e estrangeiros que não prescindem cumprir aquilo que consideram os seus deveres para com a igreja.

Por esse motivo pareceu-nos vantajoso divulgar em «A Voz de Loulé» os horários das missas que se realizam nas principais igrejas do nosso concelho e que são as seguintes:

ALMANCIL — São João da Venda — 10 horas; Igreja Paroquial — 11,30 horas.

ALTE — Igreja Paroquial — 9 e 12 horas; Benafim — 10,30 horas.

AMEIXIAL — Igreja Paroquial — 15 horas.

QUARTEIRA — Missa Vespertina — 19 horas (Maio a Setembro); 18 horas (Outubro a Abril). Igreja Paroquial — 8

horas, 10 h., 18 h. (Abril a Outubro); 19 h. (Maio a Setembro). Pereiras — 12,15 h.; Vila-moura — 11 horas.

QUERENÇA — Igreja Paroquial — 13 horas; Tor — 11 h. SALIR — Igreja Paroquial — 9,30 e 12 h.; Barranco do Velho — 7,30 h.

SAO CLEMENTE — Vespertina — 18,30 (sábado); domingo — 9,30 e 11,30 horas.

SAO SEBASTIAO — Vespertina — 19,30 (sábado); domingo — 8,30 e 18 horas; Vale Judeu — 11 horas (domingo); Boa Hora — 12,30 (domingo); Lagoa de Momprolé — Domingo — 16 horas.

FORTE DE S. JOÃO E GABINETE TÉCNICO

O Complexo Turístico do Forte de S. João é um novo e usado empreendimento das Organizações Fernando Barata que ocupa 79 mil metros quadrados junto da praia entre o Apartotel Auramar e o Inatel e deverá, quando completo, comportar cerca de 2 mil camas.

Tendo-o adquirido há poucos meses a uma empresa luso-alemã, que havia paralisado por completo os trabalhos de construção, Fernando Barata tem em curso nele, em andamento paralelo, duas fases, em que se empenham 2 empreiteiros e 100 operários e que deverão permitir-nos dispor dentro de um ano de 800 camas. Clientes de três agências vão, aliás, utilizar 200 já neste Verão.

Os apartamentos e moradias do Forte de S. João são também para venda (entregue em exclusivo a uma conhecida agência imobiliária), prevendo-se ainda a edificação, em fase posterior, de um Apartotel. Funcionário já na presente época um minimercado (já aberto) e um Bar, achando-se em projecto para 1980 uma piscina, um restaurante e um «fitness center». As áreas e os serviços da recreação do vizinho Auramar estão ao dispor dos clientes do Forte enquanto não for possível ter pronto todo o equipamento acabado de referir.

Os planos gizados quanto ao Forte de S. João motivaram a constituição de um Gabinete Técnico privativo da Organização Fernando Barata, actualmente com sede no próprio Forte e integrado por dois Arquitectos (Maria de Lurdes Choon Chai e seu marido Sebastião Formosinho Sanches); e dois desenhadores em tempo inteiro e por dois Engenheiros (Luís Rosado Lopes e Orlando Pádua) em tempo parcial.

CURSO DE INICIAÇÃO

AOS FANTOCHES

Promovido pela Delegação do Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis, realizou-se na Pousada da Juventude de Sagres, de 25 de Junho a 1 de Julho, um curso de iniciação ao teatro de fantoches, para jovens algarvios.

O curso focou aspectos teóricos e práticos, e foi orientado pelo mestre fantochista Francisco Esteves, técnico da FAOJ, e ainda pela animadora sócio-cultural Ariela de Dicauld du Granrut.

TAP convive com órgãos da Comunicação Social do Algarve

No passado dia 20 de Junho, pelas 19 horas, a TAP levou a efeito um jantar de convívio com os Órgãos da Comunicação Social do Algarve, no Hotel Baia, em Albufeira.

Aproveitando a oportunidade de se encontrarem presentes elementos do serviço de Relações Públicas daquela empresa, decorreu um breve colóquio, a que se seguiu a apresentação do filme da TAP «Golf no Algarve».

76 MIL VIETNAMITAS

fogem do regime comunista de terror

(Continuação da pág. 1) roz ditadura do proletariado, impõe um regime sangrento de terror dizimando a população, em verdadeiros holocaustos do nosso tempo.

76 mil vietnamitas, lançados à sorte e à lei do mar alto. Ninguém os quer acolher. Como riqueza única, se é que lhe podemos chamar riqueza, os trapos miseráveis e nauseabundos que vestem. Para eles, a morte, é preferível, que voltar ao paraíso comunista. Para eles, a morte é o que têm de mais certo, diríamos mesmo a única certeza. Para ali estão, à espera que a fome os dizime, que o sol os torra, alguma furacão os despedace. Indiferentes a tudo isto, ironicamente, cingidamente, os líderes comunistas pregam impunemente a paz e as bombas brancas, abusando da permissividade e indiferença do mundo ocidental. No mesmo momento, em que 76 mil vietnamitas aguardam a chegada da morte no alto ar, e milhões de outros são chacinados pela ditadura comunista, Cunha, pregava em Braga, a paz comunista, e Costa Gomes era homenageado por meia dúzia de comunistas e socialistas da Câmara de Portimão, pelos altos serviços prestados em favor das bombas brancas comunistas.

Vergonha e descaramento não lhes faltam, nem aos seus promotores.

Só esperamos que haja o dia, em que alguém lhes faça engolir tantas bombas, mais o sangue destas vítimas, que não existem para estes senhores... pavões!

FEDERAÇÃO DOS JOVENS TRABALHADORES DEMOCRATA-CRISTÃOS

Foi criada, recentemente, a Federação dos Jovens Trabalhadores Democrata-Cristãos, organização representativa dos Jovens Trabalhadores Democrata-Cristãos Portugueses, e que se reclama dos princípios do Humanismo Personalista de Inspiração Cristã.

Ao acto de fundação da F. J. T. D. C. estiveram presentes jovens de diferentes partes do País que, na qualidade de fundadores a Federação dos Jovens Trabalhadores Democrata-Cristãos, procederam à eleição da Direcção, de que é Presidente Eduardo Urze Pires.

A FJTDC, organização de natureza político-sindical, com vista à dignificação e melhoria das condições de vida dos jovens trabalhadores, designadamente através o combate à proletarianização con-

siderando que o acesso à propriedade privada é condição para a liberdade e dignificação de cada cidadão, e considerando a grave crise económica, social e psicológica com que se debatem os jovens portugueses, trabalhadores, desempregados ou em busca do primeiro emprego.

No corrente ano, entre outras actividades, a FJTDC promoverá a realização de cursos de formação sindical e profissional.

AUTOMÓVEL — VENDE-SE

Mini-1.000 em bom estado, com extras.

Contactar pelo telefone n.º 65380 (das 9 às 18 horas).

KARATHANE LC

o anti-oidio bem conhecido dos viticultores portugueses

Sr. Viticultor

se comparar a qualidade e o preço do KARATHANE LC por certo concluirá que é o seu anti-oidio preferido

Um produto com a garantia:



Distribuido em Portugal por:



VALORIZAÇÃO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL, S. A. R. L.

AVENIDA D. CARLOS I, 42-3.º TEL. 602374 - 1200-USBRA

Filiais: ALCOBACA-ÉVORA-PORTO

V. VEDRAS E VALA DO CARREGADO



AV. DA LIBERDADE, 190 TEL. 5481 41/21/4

1102-USBRA

RUA DA BOAVISTA, 44 TEL. 3121 07

4000-PORTO

Progresso estagnado em Sarnadas (Alte)

Numa altura em que verificamos em todos os concelhos do país um incremento nas obras públicas, directamente relacionadas com a melhoria das condições de habitabilidade das populações, encontramos uma lamentável indiferença com a região de Alte, extensa zona produtiva quase ignorada do nosso concelho.

Aqui se espalham inúmeras aldeias separadas entre si por deficientes estradas de terra, sem água canalizada, sem esgotos, sem electricidade. Alguns projectos camarários contemplam alguns planos, mas o tempo passa e a triste realidade dissipa a esperança das pessoas.

Tal acontece actualmente com os habitantes das Sarnadas, aldeia a poucos quilómetros de Alte.

Uma estrada alcatroada com ligação a Benafim, iniciada há anos, e para a qual muitos até contribuíram com as suas magras disponibilidades, está apenas executada até pouco mais de metade. A obra foi abandonada há muito, e o que está feito — devido à deficiente construção — encontra-se em elevado grau de deterioração, em alguns locais tendo desaparecido totalmente por acção das águas pluviais.

A população pacientemente esperou o recomeço das obras, mas os anos passaram, e nada...

Todos também aguardavam confiantes a instalação de electricidade na aldeia, a curto prazo, mas o tempo inexoravelmente a passar, os velhos morrem, crianças nascem, e a esperança diminui...

Porque não se electrifica a aldeia de Sarnadas? A actual situação é insustentável. Não só os estabelecimentos comerciais como também todas as casas particulares necessitam de energia eléctrica, não só para a iluminação e outros fins domésticos, mas igualmente para instalações de rega. Devido à grande profundidade dos poços nalguns locais apenas a instalação de geradores e electrobombas no valor de mais de uma centena de contos, possibilita a extracção da água necessária às culturas. Isto é insupportável, como se deduz.

Não há electricidade. Por isso também não há ainda água canalizada, o que obriga toda a gente não só os idosos como os jovens e doentes — a carregarem toda a água potável necessária do único poço existente.

Esgotos, evidentemente que também não há, e nem se pensa nisso ainda, sendo deploráveis as condições de higiene dada a proximidade demasiada de escurmeiras e poças.

A estrada concluída e a instalação de energia eléctrica são os imediatos anseios da população de Sarnadas, mas as suas hipóteses de viabilização, remotas...

Apelamos para a Câmara Municipal de Loulé e para a Electricidade de Portugal no sentido de que no mais curto espaço de tempo executem os trabalhos necessários para que os habitantes das Sarnadas e aldeias vizinhas finalmente vejam as suas anseios e justas aspirações realizadas.

C. M. Calado

Secretaria Notarial de Loulé

SEGUNDO CARTÓRIO

Notário: Licenciada

Maria Odília Simão Cavaco e Duarte Chagas

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia trinta de Abril findo, de folhas 98, v a folhas 100, v, do Livro n.º C-58 de Notas para Escrituras Diversas do Cartório acima indicado, foi constituída entre Maria de Lourdes Guerreiro dos Santos, José Mário Santos Luz, Victor Manuel Santos Silva e Dulce Maria da Luz Guerreiro, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada nos termos constantes dos artigos seguintes:

1.º — A sociedade adopta a firma de «SANTOS & SANTOS, LIMITADA» e tem a sua sede no sítio do Poço de Boliqueime, freguesia de Boliqueime, concelho de Loulé, durará por tempo indeterminado, contando-se o início da sua actividade a partir de hoje.

2.º — O seu objecto consiste na exploração de drogaria, compra e venda de materiais de construção civil, podendo dedicar-se a qualquer outra actividade em que os sócios acordem e não seja proibida por lei.

3.º — O capital social integralmente realizado em dinheiro e entrado na Caixa Social é de quatrocentos mil escudos

dividido em quatro quotas, de valor nominal de cem mil escudos, pertencendo uma a cada sócio.

4.º — É livre a cessão de quotas total ou parcial entre os sócios, mas a estranhos depende do consentimento da sociedade.

5.º 1. — A gerência, dispensada de caução e com ou sem remuneração conforme for deliberado em Assembleia Geral, pertence a todos os sócios que desde já ficam nomeados gerentes.

2. — Para obrigar a sociedade é necessário, a assinatura, em conjunto, dos três gerentes, Maria de Lourdes Guerreiro dos Santos, José Mário Santos Luz e Victor Manuel Santos Silva, bastando qualquer uma delas para os actos de mero expediente.

3. — É expressamente proibido aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos ao seu objecto social, designadamente, prestando fianças, abonações, avals, sacar e aceitar letras de favor.

6.º — Quando a lei não exigir outras formalidades as reuniões da Assembleia Geral serão convocadas por meio de cartas registadas, dirigidas aos sócios com pelo menos, oito dias de antecedência.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 3 de Maio de 1979.

O terceiro ajudante,
Maria de Fátima Guerreiro Rodrigues

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

SEGUNDO CARTÓRIO

Notário: Licenciada
Maria Odília Simão Cavaco e Duarte Chagas

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro n.º A-58 de Notas para Escrituras Diversas de folhas 127 a folhas 129, se encontra uma escritura de justificação, outorgada no dia 18 deste mês, na qual João dos Ramos do Estanque e mulher Maria da Assunção, residentes na povoação e freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, se declararam donos e legítimos possuidores com exclusão de outrem do seguinte prédio:

Urbano, composto de uma morada de casas com cinco compartimentos com a superfície de sessenta e cinco metros quadrados e logradouro com área de duzentos e um metros quadrados, na Rua Patrão Lopes, na dita povoação e freguesia de Quarteira, que confronta do norte com António Amador, do nascente com Manuel dos Santos Ferreira, do sul com António Abrantes e do poente com rua, inscrito na respectiva matriz predial sob o artigo número duzentos e cinquenta e dois, sendo o justificante o titular da respectiva inscrição matricial, com o valor matricial de oito mil e quatrocentos escudos e o declarado de vinte mil escudos.

Que o mesmo é parte do descrito na Conservatória do Registo Predial deste concelho, sob o número onze mil quinhentos e quarenta e nove, a folhas catorze do Livro B-trinta, inscrito de transmissão o domínio útil, a favor de António Amador, casado, residente em Quarteira, pela inscrição número três mil e sessenta e cinco a folhas cento e quarenta e uma do Livro F-quatro, por lhe haver sido dado de aforamento perpétuo pelos Condes de Azambuja, residentes em Lisboa, mediante o foro anual de doze mil reis, porquanto,

o adquiriram por compra, feita pela justificante mulher, já casada, a José de Sousa Manezinho e mulher Francisca da Conceição, ambos naturais e residentes na dita povoação de Quarteira, casados segundo o aludido regime de bens, pelo preço de mil escudos, em nove de Junho de mil novecentos e trinta e três, por escritura lavrada de folhas vinte, verso a folhas vinte e duas, verso do Livro número vinte e seis de Notas para Actos e Contratos entre vivos, de valor não superior a mil escudos, do falecido notário, que foi desta comarca, Bacharel José Joaquim Soares, cujo arquivo transitou para a antiga secção desta Secretaria, actual Segundo Cartório,

e, que os referidos vendedores em data que não sabem precisar mas que sabem ter sido por volta do ano de mil novecentos e vinte, pois que não encontraram a escritura res-

pectiva, não sabendo qual o Cartório em que a mesma foi celebrada, apesar dos esforços envidados nesse sentido, ter o referido José de Sousa Manezinho, então já casado, adquirido por compra, o supra identificado prédio, pelo preço de quinhentos escudos a António Amador e mulher, Maria do Rosário, casados no aludido regime de bens, naturais e residentes que foram na dita povoação de Quarteira, que por sua vez o haviam construído num talhão de terreno para construção urbana com a área de duzentos e sessenta e seis metros quadrados, a desanexar de um outro com a área total de mil duzentos e noventa e oito metros quadrados, foreiro em doze mil reis aos Condes de Azambuja, a verdade é que desde mil novecentos e um, nunca foi paga qualquer pensão enfiteutica, tendo o prédio supra descrito vindo a ser possuído desde a referida data, inicialmente pelos referidos António Amador e mulher, depois pelos antepossuidores José de Sousa Manezinho e mulher, e finalmente pelos jus-

tificantes, em nome próprio e sem a menor oposição de quem quer que fosse, posse sempre exercida sem interrupção, ostensivamente, desde o seu início, com conhecimento de toda a gente sendo por isso a posse pacífica, contínua e pública exercida sobre o mesmo, como livre e alodial e isto pelo facto dos referidos António Amador e mulher, se terem oposto ao pagamento do citado foro aos Condes de Azambuja e seus herdeiros, a pretexto de que o mesmo não era devido, verificando-se assim a inversão do título de posse, pelo que se extinguiu o empraçamento, tendo o domínio do citado prédio sido adquirido por usucapião.

Que em face do exposto não lhes é possível comprovar a aquisição do supra descrito prédio pelos meios extrajudiciais normais.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 19 de Junho de 1979.

O 3.º ajudante,

Maria de Fátima Guerreiro Rodrigues

MENDONÇA & SOUSA, LIMITADA

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

SEGUNDO CARTÓRIO

Notário: Licenciada
Maria Odília Simão Cavaco e Duarte Chagas

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura lavrada no dia 15 deste mês, de folhas 123, v.º a folhas 125 do Livro n.º A-58 de Notas para Escrituras Diversas do Cartório acima indicado, foi constituída entre José Nicolau Mendonça e Vasco Sousa Barbeiro, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

Artigo primeiro — A sociedade adopta a firma de «Mendonça & Sousa, Limitada», durará por tempo indeterminado com início nesta data, e tem a sua sede no sítio das Escanchinas, freguesia de Almansil, concelho de Loulé, podendo a mesma ser transferida para qualquer outro local por deliberação da Assembleia Geral.

Artigo segundo — A sociedade tem por objecto a fabricação e comercialização de materiais de construção, podendo dedicar-se a qualquer outro ramo de actividade ou comércio em que os sócios acordem e seja permitida por lei.

Artigo terceiro — O capital social, inteiramente realizado em dinheiro, é de cem mil escudos, dividido em duas quotas, sendo uma de quarenta mil escudos, pertencente ao sócio José Nicolau Mendonça e outra de sessenta mil escudos, pertencente ao sócio Vasco Sousa Barbeiro.

Artigo quarto — A gerência da sociedade, dispensada

de caução, e remunerada ou não, conforme for deliberado em Assembleia Geral, fica afecta a ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, bastando a assinatura de qualquer um deles para assinar documentos de mero expediente e sendo necessária a assinatura de dois gerentes em todos os actos e contratos que envolvam obrigações ou responsabilidades para a sociedade.

Parágrafo único: — fica expressamente proibida aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, designadamente em fianças, subfianças, letras de favor e outros semelhantes.

Artigo quinto — A divisão e cessão de quotas é livre entre os sócios, porém a cessão a favor de estranhos fica dependente do consentimento da sociedade.

Artigo sexto — No caso de morte de um sócio, a sociedade continuará com os herdeiros, que nomearão um de entre si que a todos represente na sociedade enquanto a quota se mantiver indivisa.

Parágrafo único: — É dispensada a autorização da sociedade para a divisão da quota entre herdeiros do sócio falecido.

Artigo sétimo — As Assembleias Gerais, quando a lei não determine outras formalidades, serão convocadas por meio de carta registada com aviso de recepção, dirigidas aos sócios, com a antecedência mínima de dez dias.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 18 de Julho de 1979.

O 3.º ajudante,

Maria de Fátima Guerreiro Rodrigues

OLHOS NO «INFINITO»

Não estará esse «infinito» enigmático muito perto de nós — de nós que procuramos «localizá-lo», em vão, nos confins do universo, e que de quando em vez até o singelo «caixote» consegue lobi-grar?

A linda Constituição que nos deram (II)

(Continuação)

No artigo segundo as classes são sublimadas. Evidentemente esta sublimação é restrita às classes trabalhadoras: do campo; trabalhadores do mar (pescadores); os estivadores, os mineiros, os cantoneiros camarários, os peniqueiros, etc., etc.

As demais classes não contam, para que seja cumprida a doutrina do artigo 1.º da Constituição; e permanecerão aquelas para dar cumprimento ao disposto no artigo segundo.

No artigo primeiro passa a não haver classes trabalhadoras que assumirão o Poder, democraticamente.

Mas aqui levanta-se um problema de fundo: qual delas, entre as várias classes de trabalhadores, assumirá a responsabilidade do Poder?

Sim, porque o Poder será exercido ou por todas as classes de trabalhadores, ou por alguma ou algumas delas.

Não se julga, porém, que está no pensamento da Constituição, para efeitos da governação, a inclusão de todos os que trabalham, na designação de classes trabalhadoras; pois se assim fosse não haveria mudança na governação. Com efeito as classes de advogados, de médicos, de engenheiros, e empregados bancários, de funcionários públicos, etc., que ninguém pode dizer que não trabalham, poderiam dirigir a governação já que são também classes trabalhadoras.

Não são estas que a Constituição contempla para efeitos de transferência do Poder; estas, embora trabalhem, sabem ler e escrever, são intelectualizadas e têm possibilidades mentais para compreenderem a diferença entre o bem e o mal, o que seria um empecilho ao Poder monolítico de uma só vontade.

Por esta razão é que o comunismo defende o Poder para os camponeses, soldados e marinheiros que foi o seu lema durante muitos anos, e que, por tática, posteriormente sintetizaram no Poder para os trabalhadores.

Estes trabalhadores são os que constituem o chamado proletariado; são os de mãos calejadas pela enxada e os de fatos emporcalhados pelo labor nas oficinas.

Mas mesmo estes estão diferenciados pelo grau de entendimento, natureza e qualidade de trabalho.

A própria natureza, qualidade e quantidade de trabalho diferencia a retribuição aos trabalhadores segundo um preceito constitucional (art. 53 da Constituição) sendo por isso óbvio que o trabalho mais pesado ou mais incómodo privilegia o trabalhador.

Dos trabalhos mais pesados parece-nos ser o dos estivadores; e dos mais incómodos serão o dos cantoneiros das câmaras municipais ou os dos peniqueiros dos hospitais.

Serão estes, nos termos expostos, os mais graduados para cúpula do Poder democrático dos trabalhadores, segundo a nossa Constituição.

Assegurada a transição para o socialismo, chegaremos, mediante a criação de condições para o exercício do poder democrático pelas classes trabalhadoras, a um governo chefiado por um peniqueiro, por exemplo como o de Maputo.

E isto não é impossível, como se prova com a actual situação em Moçambique.

Está claro que os comunistas das várias tendências existentes ralharam os dentes contra a afronta destas deduções «reaccionárias»; mas a sua fúria provará o seu torpe cinismo ao pregarem o Poder para os trabalhadores.

Já o epopeico Crespo dizia aos seus amigos que o poder popular era dos trabalhadores, mas seria ele quem mandaria.

E estarão errados aqueles que pensarem que bastaria vir do epopeico uma tal afirmação para não lhe ser atribuído valor de citação, pois que ele é o exemplo vivo, não propriamente da sua incapacidade, mas do ambiente mediocre que o rodeia e que fez dele alto comissário e... até ministro; e por fim conselheiro!

Quando um dia lhe perguntarem o que fez como alto comissário, o que será que ele responde?

A flor do comunismo raciocina como o epopeico: os trabalhadores são uns pobres ignorantes, uns pobres diabos que por não saberem orientar-se e governar-se, terão de sujeitar-se à nossa direcção no governo que em nome deles instauramos.

E cinicamente o comunismo prega o Poder dos trabalhadores para ele governar, já que o proletariado não passa dumha chusma de peniqueiros.

E é um qualquer peniqueiro que presidirá ao governo que o comunismo quer impôr-nos, (mediante a criação de condições para o exercício do poder pelas classes trabalhadoras (art. 2.º da Constituição)).

É daqui, de uma das classes trabalhadoras, aquela mais protegida, ou seja a de mais rude trabalho, por quanto mais rude for mais direito tem a impor-se, que a Constituição nos prepara, «assegurado a transição para o socialismo», o elenco governativo. Adeus oh' ciência; adeus, oh' cultura; adeus oh' capacidade — segundo esta linda Constituição cujo artigo 7.º termina assim: «manterá laços especiais de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa».

E se esses países não quiserem manter tais laços? Quid juris? Lá se vai a Constituição por água a baixo... a menos que «o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras», obrigue democraticamente esses países a aceitarem os tais laços especiais de amizade.

Em matéria constitucional os comunistas da Assembleia Constituinte deram cartas.

Foram uns barras.

Estamos apreciando os Princípios Fundamentais da nossa linda Constituição que já perdeu uma das principais figuras que lhe dava a seiva com que se alimentava: o M. F. A.

Este morreu do asco popular pelo matraquear, de manhã à noite, e da noite à manhã. «M. F. A. — M. F. A. — M. F. A. — M. F. A.».

O povo alegrou-se com o M. F. A.; mas os comunistas enfiaram-no com o uso e abuso que fizeram deste contentamento, gritando a propósito de tudo e de nada: «M. F. A.».

O número 2 do artigo 3 da Constituição prescreve:

O Movimento das Forças Armadas, como garante das conquistas democráticas e do processo revolucionário, participa, em aliança com o povo, no exercício da soberania nos termos da Constituição.

Já não participa; já não tem aliança com o povo. Já não existe o M. F. A., por culpa dos comunistas e por sua própria culpa. Contudo figura na Constituição.

Esta vai-se tornando sarcófago de mitos.

NEVES ANACLETO

(continua)

De novo em foco o problema das barragens do Algarve

(Continuação da pág. 1)

desde há longos anos e quase nada se tem feito para sustentar a degradação da nossa terra e conseguir compensações para os elevadíssimos consumos de água que crescem a ritmo galopante.

Se, por um lado, é consolador verificar que a elevação dos consumos de água é sinónimo da melhoria das condições de vida das populações, também não deixa de ser trágico pensar que pode surgir uma tragédia com um ano de seca... simplesmente porque não foram tomadas providências para resolver um problema que é de vida ou de morte para todos nós.

Dantes fizeram-se asneiras porque se «peleou» a serra com a trágica «campanha de trigo» e não se cuidou da sua arborização. Agora comete-se o erro tremendo de nada se fazer para aproveitar o manancial de riqueza que a Serra do Algarve nos pode proporcionar.

E ainda pior do que não fazer é nem sequer deixar fazer aquilo que não traz prejuízos a ninguém e, antes pelo contrário, beneficia a todos.

Referimo-nos especialmente aos fortíssimos travões burocráticos que as entidades oficiais opõem a alguém que se atreva (é o termo adequado) a pedir licença para fazer uma pequena barragem.

E de tal forma, que só pede quem não quiser fazer nada e depois poder dizer: eu pedi ao Estado mas ainda não conseguí fazer a minha barragem.

...Porque pedir licença é alertar os serviços oficiais do que se pretende fazer e depois é pior porque é perigoso fazer «olandes».

tinamente» uma pequena barragem de terra batida que, poderá não ter a super-resistência das fundações em cimento mas que também não oferece perigo de inundar povoações nem provocar mortes. E a prova está na resistência oferecida por barragens construídas há mais de 12 anos e sem problemas de qualquer espécie.

Aliás já são algumas centenas as barragens construídas com êxito. E o mais importante é que o êxito deste trabalho já realizado não reside tão só no aproveitamento das terras para um aumento substancial da produção agrícola, mas principalmente no que ele representa para a retenção de águas que lentamente se infiltram na terra e vão fazer crescer os caudais de água subterrânea com benéficos reflexos na zona litoral, cujas hortas se alimentam de águas provenientes de furos com águas cada vez mais profundas quanto mais forem os furos que se abrem com preocupante frequência.

Além disso, a água na serra dá beleza à paisagem, frescura ao ambiente e riqueza ao agricultor porque lhe proporciona poder criar gado, fazer horta, plantar árvores de fruta, fomentar a caça e até a pesca e proporcionando uma alimentação rica em proteínas a populações carecidas de maior diversificação de alimentos essenciais à sua saúde e bem estar.

Para se avaliar quanto são alianças as perspectivas de valorização da propriedade, basta dizer que havia terras que dificilmente seriam vendidas por 5.000 escudos e hoje valem 5.000 contos, o que nos diz haver uma

certa diferença entre o sequeiro e o regadio.

E a cumular tudo isto podemos ainda fomentar o turismo na serra, coisa tão esquecida, tão apreciada e tão necessária. E até temos locais para alpinismo sem falarmos já no interesse que as grutas da serra podem proporcionar como atracção do turista admirador dos encantos e mistérios da Natureza.

Tudo isto é verdadeiramente apaixonante para quem viva e sinta os problemas duma terra que é nossa e que queremos ver bela, enriquecida e progressiva.

E para fazer o nosso Algarve progredir não nos podemos preocupar com partidantes demolidoras ou com homens que apenas pretendem travar certas realizações só porque não serão feitas por eles ou pelo seu partido.

... Porque obra de partidos temos o triste exemplo duma Ponte que se pretende realçar como obra grandiosa do 25 de Abril para nos fazerem crer que somos um país de parvos que enfiam todos os barretes e temos também aqui, no nosso Algarve, uma barragem feita para realçar a força de um partido que se diz do povo mas cuja força demolidora é dum poder incóvel para destruir esse mesmo povo e reduzi-lo à miséria do pobre pedinte: a obra fez-se com elevadíssimos custos mas não serve para nada. Aliás só serviu como pretexto para uma festança durante o Prec e ser realçada, por certa imprensa, como obra ao serviço do Povo (pobre Povo!).

Estamos referindo à barragem da Barrada, nas proximidades de Martinlongo que desgraçadamente ainda nem foi aproveitada para a única coisa em que pode ter alguma utilidade: criação de peixes. E afinal uma coisa tão simples que seria a acção de lançar peixes na água para que se criassem e multiplicassem. Pois nem isso.

Para rega não serve porque a juzante não há terras próprias para cultivo e a montante não é económico porque implicaria a elevação de águas, o que seria altamente dispendioso e não há condições para esse trabalho.

É portanto necessário evitar erros partidários como o da Barrada e portanto pensarmos a sério no potencial agrícola que poderíamos ter se os algarvios se mentalizassem de que a sua terra poderia ser uma pequena horta onde a Europa poderia comprar muitos dos produtos hortícolas de que carece e que se produzem aqui mais cedo do que noutras regiões e portanto a preços mais compensadores.

E, pois, tempo de começarmos a pensar em transformar este Algarve num pequeno paraíso verdejante.

É urgente que os nossos técnicos de agricultura saiam do ambiente confortável dos seus gabinetes e calcem botas para as sujarem nos difíceis caminhos da serra e aí contactarem com agricultores e concretizarem a construção de largas centenas de barragens que sejam modelos de eficiência para que daí nasçam cooperativas de produção com o apoio do Estado e o conselho amigo dos seus técnicos já mentalizados de que é preciso produzir mais e melhor pensando no futuro deste Algarve.

Não será com comunicados nos jornais revelando em que condições o Estado empresta dinheiro para fazer barragens que o problema de fundo se resolverá. O agricultor não vai pedir ao seu vizinho que ceda o seu vale para encher de água, sem que haja um acordo, uma compreensão, uma indemnização cujas condições só os técnicos podem aconselhar e resolver.

É urgente lançar mãos à obra (já), antes que seja tarde demais. Tem a palavra quem tiver a força necessária para agir.

J. B.

FALECIMENTOS

Faleceu há dias em Lisboa onde esteve internada num Hospital a nossa conterrânea sr.ª D. Maria do Carmo Teixeira Azevedo, que contava 54 anos de idade. Deixou viúvo o nosso querido amigo sr. José Mora Sancho.

A saudosa extinta era filha da sr.ª D. Maria do Carmo Teixeira Azevedo e do nosso estimado amigo e assinante dedicado sr. António Canhoto Azevedo, antigo e conceituado comerciante da nossa praça e ainda conservando uma relativa saúde, apesar dos seus 90 anos de idade.

Pela afabilidade do seu trato e bondade natural, a saudosa extinta gozava de muita simpatia entre todas as pessoas amigas e de suas relações de amizade, quer em Loulé, quer em Portimão, onde passou a residir após o seu casamento.

Faleceu em Lisboa, no dia 20 de Maio, a sr.ª D. Dolores Filipe Vargas Palma, que contava 44 anos de idade, casada com o sr. Manuel Gomes da Palma, funcionário da Sorefame.

Era natural de Boliqueime, filha da sr.ª D. Maria de Jesus Filipe e do sr. António Vargas (falecido), residentes em Boliqueime.

A saudosa extinta era nora da sr.ª D. Maria da Piedade Gomes Palma e do sr. Manuel da Palma.

Faleceu no Hospital em Loulé, no passado dia 14 de Junho, o sr. Aníbal dos Santos, natural do sítio das Pereiras (Quarteira).

O saudoso extinto deixou viúva a sr.ª D. Francisca Rosa Barreiros, e era pai dos srs. Manuel Guerreiro dos Santos e José Manuel Guerreiro dos Santos.

Após prolongada doença, faleceu em Loulé, no passado dia 12 de Junho, a sr.ª D. Rosa da Assunção Martins, natural do

sítio da Pedragosa, que contava 65 anos de idade e era irmã da sr.ª D. Maria da Piedade Margarida, dos srs. José Guerreiro Martins, Manuel Guerreiro Martins e das srs. D. Isabel Guerreiro Martins e D. Etelvina Guerreiro Martins.

Faleceu há dias no Hospital de Faro, a sr.ª D. Maria da Glória Galante, natural de Quarteira, que contava 78 anos de idade e deixou viúvo o sr. Manuel Pontes da Horta.

A saudosa extinta era mãe do nosso querido assinante e amigo sr. Joaquim Manuel Gonçalves Pontes, proprietário do «Restaurante Central», de Quarteira, e casado com a sr.ª D. Teresa Nobre Cortes Pontes, e do sr. Manuel Galante da Horta e da sr.ª D. Maria de Deus Gonçalves Pontes, casada com o sr. João de Abreu.

Faleceu em casa de sua residência em Amansil no passado dia 17 de Maio, a sr.ª D. Maria da Glória Cristóvão (natural de Almansil) que contava 82 anos de idade e era viúva do sr. Manuel Guerreiro Cristóvão.

A saudosa extinta era mãe do sr. Manuel Cristóvão de Sousa Guerreiro, viúvo, da sr.ª D. Irene Filipe Bota e do sr. José Cristóvão de Sousa Guerreiro, casado com a sr.ª D. Esmeralda Batista Guerreiro e era avó da sr.ª D. Neli Batista Cristóvão e do sr. Manuel Bota Cristóvão.

Em Almansil, de onde era natural e residia, faleceu subitamente o sr. Francisco Cristóvão Mealha, de 63 anos. Deixa viúva a sr.ª D. Filipa de Brito Viegas, era pai da sr.ª D. Maria Lucília Filipe Mealha, casada com o sr. Major João Manuel da Fonseca Inácio e avô dos meninos Maria Cristina, João Manuel e Maria Margarida Filipe Mealha da Fonseca Inácio.

As famílias enlutadas apresentamos as nossas condolências.

DESPORTO

CICLISMO

O Grande Prémio Sumol acabou em Loulé

comentário de JOSÉ MANUEL MENDES

De novo o ciclismo de alta competição esteve de visita às estradas do Algarve, e uma vez mais, Loulé foi justamente consagrada como a capital do ciclismo algarvio, ao ser escolhida para o término do I Grande Prémio Sumol.

Tal como tinha acontecido na Volta ao Algarve, Firmino Bernardino do Lousa/Trinarianj, esperou pela etapa derradeira, corrida em sistema de contrarrelógio individual, para arrebatá-lo do jersey amarelo, que desta feita andou, desde o princípio até quase ao fim, bem coladinho ao corpo de Alexandre Ruas, da Coelima, o maior papa-etas, hoje por hoje, existente em Portugal.

A prova, da responsabilidade da Associação de Ciclismo do Sul, e que marca a entrada nestas andanças, da empresa de refrigerantes Sumol, começou pelos arredores de Lisboa, escolhendo depois o magnífico cenário do Algarve para se espalhar ao longo de três dias.

Disputada a palma a palma por um lote de cerca de dez unidades, que se mantiveram com o mesmo tempo até ao contrarrelógio entre Faro e Loulé, com passagem por Boliqueime e pela boa ladeira dos Matos, o Prémio Sumol apenas registou os fogachos que foram as vitórias isoladas de Lima Fernandes, do Bombarralense, e do algarvio Carlos Vitorino, do Campinense/Carasona, que destoaram assim da hegemonia sprinteira de Ruas.

No final, Firmino Bernardino, seria de novo o Maior, ele que já é um grandalhão dos diabos, e conseguiria sagrar-se o grande vencedor deste I Prémio Sumol.

A participação dos algarvios, excepção feita a Carlos Vitorino, vencedor da etapa Monte Gordo-Faro, ficou-se em níveis algo modestos para as suas aspirações. Se o comportamento fraco dos Operários de Tavira e Almôdovar, que nesta prova juntaram os trapinhos, já era de esperar, a equipa do Campinense/Carasona, integrando o jovem e prometedor Luís Vargues, poderia ter ido um pouco mais além. Primeiro, foram os azarres, que determinaram o abandono de António Brás e José Luís Pereira. Depois, foi Luís Vargues que, perdido ingloriamente, em fuga, cinco minutos à espera que lhe chegasse o carro de apoio, o que é lamentável, e para estranhar, Manuel Correia, principal animador de uma fuga em que foi integrado, e com boa vontade, teve uma avaria mecânica a poucos metros da contagem para o Prémio da Montanha, instalada no Barranco do Velho, verificando desesperado não ter ali o carro de apoio, que só chegou passado

o tempo suficiente para o brioso ciclista ser absorvido pelo pelotão. Enfim, diversos contratempos mais, e a aparecer-nos Manuel Gonçalves como o número um da equipa, a quedar-se numa boa décima posição, e a confirmar a excelente época que vem fazendo.

Luís Vargues classificou-se na décima nona posição e Carlos Vitorino na vigésima. José Madeira e Carlos Raimundo estiveram muito apagados.

Classificação dos três primeiros:

- 1.º — Firmino Bernardino-Lousa/Trinarianj — 19 h. 38 m. 11 s.; 2.º — Alexandre Ruas-Coelima — 19 h. 29 m. 32 s.; 3.º — Marco Chagas-Lousa/Trinarianj — 19 h. 39 m. 50 s.

A média geral do camião amarelo foi de 37,379 K/h.

O Bombarralense/Uniroyal triunfou por equipas.

Alexandre Ruas da Coelima, foi o vencedor por pontos.

Actividades da DGD

CICLISMO

Com uma participação de 75 jovens ciclistas em representação dos Núcleos de Aljezur, Portimão, Loulé e Tavira, realizou-se na Torralta (Portimão), o «Circuito da Torralta», na modalidade de ciclismo, tendo-se verificado as seguintes classificações:

6/7 anos — 1.º — Mário Ludovico (Aljezur); 2.º — António Afonso (Aljezur); 3.º — Nuno Madeira (Loulé).

8 anos — 1.º — Rui Batista (Loulé); 2.º — Alexandre Soares (Aljezur); 3.º — João Martinho (Loulé).

9 anos — 1.º — Paulo Viegas (Loulé); 2.º — Luís Silva (Aljezur); 3.º — Vitorino Ramos (Portimão).

10 anos — 1.º — Manuel Ronquillo (Loulé); 2.º — Idalécio Sousa (Loulé); 3.º — Duarte Alfaro (Portimão).

11 anos — 1.º — Jorge Cubertino (Loulé); 2.º — Paulo Batista (Portimão); 3.º — Fernando Maciel (Aljezur).

12 anos — 1.º — Luís Ludovico (Aljezur); 2.º — José Amaro (Tavira); 3.º — António Coelho (Loulé).

13 anos — 1.º — Paulo Adriano (Loulé); 2.º — Luís Brito (Tavira); 3.º — José Sousa (Loulé).

14/15 anos — 1.º — António Alves (Portimão); 2.º — Francisco Ronquillo (Loulé); 3.º — João Pires (Portimão).

16/17 e + anos — 1.º — Ant.

XVI Campeonato Nacional de Damas 78-79

Disputou-se em Coimbra a fase final do XVI Campeonato Nacional de Damas, onde participou uma equipa algarvia de três elementos, os quais registaram as seguintes posições:

1.º — Júlio Viegas (Campeão Nacional); 9.º — Deodato Santos; 17.º — Bento Serra.

Serviços de Avisos do Algarve

CITRINOS

1 — Mosca da Fruta

Recomenda-se um tratamento com insecticida organo-fosforado, nas variedades tardias, como seja a D. João e Valencia Late. Deve ter-se cuidado de respeitar rigorosamente o intervalo de segurança e de ler cuidadosamente as instruções indicadas no rótulo das embalagens.

2 — Afídeos, Piolhos ou Formigo

Nos pomares com fortes ataques de Piolho ou Formigo devem usar-se insecticidas sistémicos, para se contrariar o encamalhamento e negro das folhas.

3 — Fumagina

Em pomares fortemente atacados de Cochonilhas, Mosca branca e Piolho é vulgar aparecer a formação de melada ou substância açucarada, que servirá de meio para se desenvolver a Fumagina. As folhas das árvores cobrem-se facilmente de uma substância negra, que além de imprimir mau aspecto aos frutos, provoca também a asfixia dos ramos e folhas. Estas árvo-

res devem ser tratadas com fungicidas orgânicos ou organo-cupricos.

DAMASQUEIROS E PESSEQUEIROS

1 — Mosca da fruta

Os damascos e os pessegos de variedades mais precoces encontram-se numa fase de desenvolvimento em que a mosca pode iniciar o seu ataque e comprometer a colheita. Por esse motivo se recomenda proteger os frutos com um insecticida, que tenha por base o dimetoato. Deve-se respeitar rigorosamente os 15 dias do seu intervalo de segurança.

Qualquer pesticida não pode ser aplicado durante o período de colheita, para que sejam evitados graves problemas de intoxicação alimentar no consumidor.

NOTA: Para melhor esclarecimento e consulta do último Boletim fitossanitário devem os Senhores Agricultores dirigir-se ao Serviço de Avisos do Algarve, na Rua do Município, 13, em Faro telefone: 22234.

Scandinavian Airlines

ESTE VERÃO MINI-TARIFAS PARA JOVENS

Entre 15 de Junho e 31 de Agosto, a Scandinavian Airlines reduz 70% nas tarifas aéreas, aos jovens que viajam entre as capitais escandinavas e sete cidades da Europa: Amsterdão, Bruxelas, Viena, Paris, Nice, Lyon e Marselha.

De Copenhaga, um bilhete de ida simples custará (em Coroa dinamarquesa) para Amsterdão 310, para Bruxelas 350, para Viena 430, para Paris 450, para Lyon 485, e para Nice ou Marselha 530. As tarifas à partida de Oslo e Estocolmo são ligeiramente mais altas.

As novas Mini-Tarifas, uma adaptação que a SAS fez dos programas para jovens dos camións de ferro europeus, podem ser utilizadas por passageiros com idade entre 12 e 25 anos.

Válidos apenas para uma viagem de ida simples, os bilhetes são reservados no dia anterior à partida, ou à sexta-feira para partidas ao domingo ou segunda-feira. A reserva e o pagamento são simultâneos.

CAMIÃO BASCULANTE

Sr. Construtor ou empreiteiro se desejar o serviço de um camião basculante é favor dirigir-se ao Quiosque «Ele e Ela» (frente aos C.T.T. Loulé) Telefone 62600 — LOULÉ.

(2-1)

CONSULTÓRIO DENTÁRIO

TRESPASSA-SE

Tratar na Rua Poeta, 10 r/c. Telef. 62114 — LOULÉ.

VENDE-SE

Apartamento, situado na Urbanização Expansão Sul, com 4 assoalhadas.

Com chave na mão.

Nesta redacção se informa.

Futebol de Salão em Loulé

No Parque Desportivo de Loulé iniciou-se no passado dia 11 do corrente o X Torneio de Futebol de Salão, o qual veio dar novo ânimo ao chamado desporto de massas.

Atletas que já praticam futebol e outras modalidades, não desperdiçam mais esta oportunidade de contribuírem para um maior incremento do desporto local, o qual não tem a adesão que seria desejável e necessário entre a juventude.

Os menos jovens, que já praticaram desporto pretendem agora manter as suas reais capacidades, não apenas como uma necessidade física, mas também pelo gosto pelo desporto saudável, até porque tentam dar um jeito para abater as suas «banhas». Por vezes fazem «surpresas» inesperadas superando os mais jovens.

Até ao dia 21 de Junho tinham disputado os seguintes encontros:

Carapeto & Tavares, 1 — As. Mor. 26 de Junho, 0; G. D. das 4 Estradas, 5 — Os Gimbois, 0; Móveis Ralheta, 5 — G. D. Serano, 0; Bombeiros Municipais, 1 — Frimóvel, 3; G. D. Almanzil, 1 — Café Avenida, 5; A. C. Salir, 1 — G. D. Soténica, 5; Os Caçadores, 0 — Little Giants, 1; Eurodomus, Portimão, 1 — Auto-Serviço Carapeto, 1; E. D. P., 2 — Casa Vivaldo, 4; Restaurante O Beco, 2 — Finanças de Loulé, 9; E. T. Vale do Lobo A, 1 — Os Professores, 4; Avário Pinto, 2 — Móveis Campina e Campina, 1.

Os jogos disputam-se todos os dias úteis com início pelas 21.30 horas.

A Associação dos Comerciantes do Distrito de Faro

DEFENDE OS INTERESSES DOS COMERCIANTES.

INSCREVA-SE JÁ! INFORME-SE PELO TELEFONE

N.º 22524 OU NA RUA DA MARINHA, N.º 11-1.º

— FARO.

Pastelaria AMAZONA

FABRICO PRÓPRIO

FORNECEMOS BOLOS PARA:

CASAMENTOS, BAPTIZADOS,

ANIVERSÁRIOS, ETC.

DOCES REGIONAIS DO ALGARVE

Telef. 62503

LOULÉ

O GENERAL GALVÃO DE MELO esteve no Algarve e disse porquê

(Continuação da pág. 1)
so país acima de mesquinhas paixões políticas.

Galvão de Melo e Spínola foram 2 exemplos frizantes de como se pode ser herói num dia e perseguido no seguinte. Para tanto bastou que se tivessem colocado, intransigentemente, ao lado daqueles que teimam em defender Portugal das garras aduncas dos interesses estrangeiros.

Além disso, ambos sabem que a sua condição de militar lhe impõe o dever cívico e a obrigação moral de cumprirem o juramento de que lhes compete defender a Pátria até ao sacrifício da própria vida.

Por isso o General Galvão de Melo tem hoje a força moral para chamar traidores aos militares que se colocaram do lado do inimigo de ontem.

Outro tanto não se poderá dizer dos políticos que vivendo num país livre e têm o direito de defender as suas ideias, até porque não estão vinculados a nenhum juramento de honra.

Mas não foi apenas para fazer recordar isto que o General Galvão de Melo esteve no Algarve e se reuniu com um grupo de amigos na Aldeia das Açoteias em Albufeira.

Galvão de Melo está mesmo disposto a denunciar mais velhacarias praticadas por homens que, infelizmente, ainda hoje são responsáveis pelos destinos de um país que estão ajudando a destruir — quando era sua obrigação de portugueses fazer algo em proveito de uma terra que é sua.

Galvão de Melo aceita até candidatar-se à Presidência da República e sujeitar-se às conselheiras, preocupações, arreliações, mortificações e até aos insultos inerentes a esse alto cargo, porque os seus sentimentos de honra, dignidade, carácter, grandeza de alma e sadio patriotismo o impõem a aceitar o sacrifício de tamanha responsabilidade que é querer deferir uma linha de rumo para um país que desde há 5 anos perdeu o seu caminho histórico porque foi lançado em tortuosas veredas por aqueles que pretenderam apagar todo um passado que, por ser glorioso, nos deve encher de orgulho.

Falando para o grupo de amigos de que se viu rodeado, o General Galvão de Melo disse que talvez possa parecer demasiado cedo apresentar-se aos portugueses como candidato à Presidência da República, mas fez notar que era seu desejo percorrer o País num convívio fraterno, pois só através dum conhecimento directo e pessoal, os eleitores poderão votar em consciência. Frizou que, a simples indicação de um homem para um cargo de tão sérias responsabilidades, através de um partido, e a um mês das eleições não pode ser razão suficiente para uma

aceitação honesta e conscienciosa.

Pela fluência da sua palavra e pela simpatia natural que dimana dum semblante que deixa transparecer a nobreza dos seus sentimentos, o General Galvão de Melo soube cativar a simpatia de quantos o rodearam durante a sua curta permanência no Algarve, até porque deixou bem vincado a honestidade das suas intenções através de uma linguagem moderada, onde se antevê a influência de uma sólida cultura, laureado por uma experiência política já largamente vivida em acontecimentos históricos que forjam homens e amadurecem ideias.

E as ideias do General Galvão de Melo são duma limpida transparência, porque ali não há ódio, nem ranco, nem espírito de vingança. Há compreensão e amor pelo seu semelhante, e uma ânsia de justiça e tolerância de que todos estamos tão carecidos.

Por isso Galvão de Melo afirmou que a ser eleito, procurará seguir uma linha tão democrática quanto possível, chamando a atenção dos presentes para o significado dessa sua expressão, tornando assim claro que a grande e preclara vantagem da Democracia é exactamente fazer o que for possível.

Em Ditadura é exactamente o contrário: exige-se o cumprimento de ordens dimanadas por aqueles que se apoderaram do Poder.

— x —
Durante 3 dias, o General Galvão de Melo visitou alguns locais de interesse turístico e industrial, fazendo-se acompanhar de sua esposa e comitiva, composta, principalmente, por membros da Comissão de apoio à sua provável candidatura à Presidência da República, nas futuras eleições presidenciais.

Durante a sua estadia em Loulé, Vilamoura e Açoteias, fez-se acompanhar, como seu anfitrião, o sr. António Maria Andrade de Sousa e dos organizadores do jantar-convívio, normalmente o vereador da nossa Câmara, sr. Pires. O jantar-convívio foi servido na sala de congressos do Touring Club das Açoteias.

Após o repasto, a que assistiram mais de 80 convivas, usou da palavra o jovem economista Dr. José Manuel M. Bota que saudou o ilustre convidado, pondo em destaque a sua elevada personalidade de cidadão e a exemplar carreira militar. Depois de vivas críticas às vicissitudes e «negritudes» de que padece a vida nacional nos aspectos político, económico e social, salientou, com ênfase, a falta de apoio e de estímulo à juventude portuguesa.

O General Galvão de Melo foi muito aplaudido durante o diálogo travado com todos os presentes.

Cabrita Neto

(Continuação da pág. 1)

cer muito na TV e dava entrevistas para a Rádio e outros órgãos de Comunicação Social... estava a adquirir uma imagem pública que seria muito nociva para o PS, se em próximas eleições se candidatassem por outro partido político...

É francamente triste o saber-se que pessoas responsáveis tomam atitudes desta natureza e em prejuízo dos interesses dum região que têm obrigação de defender... apenas porque querem defender os interesses do seu partido.

Aliás é o próprio Cabrita Neto que, corajosamente, denuncia esta trágica situação ao afirmar que «o protocolo assinado entre as Câmaras do Algarve e os Secretários de Estado do Turismo e da Administração Interna tornará a CRTA «propriedade» das Câmaras Municipais, retirando-lhe toda a sua actividade e dinâmica próprias, ao mesmo tempo que transformará a comissão num «jogo de lutas partidárias».

O presidente da CRTA foi, entretanto, peremptório ao afirmar que não se demitiria do seu car-

go e declarou não aceitar a eventual nomeação de outro presidente da referida comissão, nos termos do protocolo referido.

Cabrita Neto acusou, o governador-civil de Faro, dr. Carrapato, de, após a saída da Lei das Finanças Locais ter abertamente iniciado um processo de contestação à CRTA, organismo que, segundo referiu, desde Janeiro passado não recebe o imposto de Turismo das câmaras municipais.

O presidente interino da CRTA mostrou-se particularmente apreensivo pelas consequências daquele não pagamento, responsável, segundo afirmou, pela decisão da CRTA de suspender as suas actividades que «resultem ou possam resultar em encargos financeiros». As reservas financeiras acumuladas pela CRTA ao longo dos últimos anos — sublinhou — poderão evitar, contudo, e temporariamente, a falta de pagamento de salários aos funcionários daquele organismo.

Na opinião de Cabrita Neto, metade do valor deste imposto (que se prevê possa atingir este ano cerca de 50 mil contos) deveria reverter para as câmaras municipais e a outra metade para a CRTA, cabendo àquelas a fiscalização de cobrança coisa que nunca terá acontecido. «Se houvesse fiscalização à cobrança do imposto, essa verba duplicaria», afirmou.

Cabrita Neto quis ainda deixar expressa a sua estranheza pelo facto de a CRTA não ter sido ainda ouvida sobre o teor do decreto-lei 14/79, que aguarda ratificação da Assembleia da República, decreto este considerado pelo conferencista como podendo ser, se mal preparado, «altamente nocivo para o turismo do Algarve e naturalmente para Portugal».

Quem desconhecer a Lei das Finanças Locais e não tenha vagar para ler todos os seus parágrafos, alíneas, artigos, etc. etc. e queira aperceber-se do porquê de tanta polémica e ficar com a certeza de que se trata de um problema nitidamente político/partidário basta reparar nos seguintes pormenores:

— As Câmaras do Algarve não acusam a C. R. T. A. de erros que tivesse cometido.

— Não dizem que esta realizou mau trabalho e até reconhece o mérito da sua acção.

— Não acusam a C. R. T. A. de gastar dinheiro em manifestações políticas, de apoio à Reforma Agrária ou coisa semelhante.

— Não dizem que ela gastou dinheiro em benefício do Alentejo ou das Beiras.

— Sabem perfeitamente que

tudo o dinheiro gasto pela C. R. T. A. é aplicado em proveito de todas as aldeias, vilas e cidades do Algarve, quer directamente, quer em promoção turística de benefícios indirectos — mas tão seguros quanto possível.

... E partindo do princípio (lógico) de que as Câmaras querem a receita do Imposto de Turismo só e unicamente para beneficiar esse nosso Algarve — não se vê onde esteja a razão de tanta luta.

Afinal é ou não verdade que o objectivo principal é eliminar o actual presidente da C. R. T. A. só porque não é filiado no P. S. e reduzir a actividade da Comissão de Turismo à sua expressão mais simples?

Será que estamos voltados ao tempo em que o ser filiado na União Nacional era condição imprescindível para ocupar certos cargos?

LOULÉ vai ser promovida a zona agrícola

(Continuação da pág. 1)

o que levou aquele nosso colaborador a exclamar, para fraseando Fernando Pessoa: «Vale sempre a pena quando a alma não é pequena».

Está a ser programado um organograma pela Direcção Regional da Agricultura de Faro, onde constará a instituição de Loulé, e talvez outro ou outros concelhos do Soravento, como zonas agrícolas. Até há pouco tempo só existiam duas zonas agrícolas, ambas no Bamlavento, com sede em Silves e Lagos.

As zonas agrícolas, além de apoios técnicos beneficiam da criação de infra-estruturas próprias e da fixação, na área da zona, de cinco equipas de Extensão compostas, em princípio, por dois técnicos agrícolas e um técnico de serviço social.

EMPREGADA DOMÉSTICA

PRECISA-SE

Com mais de 30 anos.

Tratar na Rua Infante Santo, 18 — Telefone 65242 QUARTEIRA.

PRECISA-SE

Canalizador, para trabalhar dentro do concelho de Loulé.

Tratar com José Manuel de Jesus Gil — Vivenda Gil — Almansil (estrada de Loulé).

(3-1)

CASA

PRECISA-SE

Em Loulé ou arredores, com 2 quartos. Urgente.

Nesta redacção se informa.

(2-1)

VENDE-SE

Bom terreno para horta, c/ 7.000 m, no sítio das Pereiras — Loulé.

Informa: Sousa, Telef. 91250 — ALMANSIL.

VENDE-SE

Prédio com 4 divisões, na Calçada dos Sapateiros, 10, em Loulé.

Aceitam-se propostas e reserva-se o direito de não aceitar se a proposta não interessar.

Carta a este jornal ao n.º 53.

VENDE-SE

— Um prédio com 3 apartamentos.

Completo ou por andares, sendo o 2.º andar com chave na mão

— Um prédio mais pequeno, ambos os prédios ficam na R. Bernardo Passos, em Loulé.

Informa: Manuel de Sousa Leal Soalheira - Vilarinhos - S. Brás de Alportel.

(4-1)

VENDE-SE

Um automóvel marca Vauxhall, em estado novo.

Tratar pelo telefone 62605 — LOULÉ.

Aos nossos assinantes de Lisboa

Por causa dos pesadíssimos encargos impostos pelos C.T.T. aos serviços públicos que presta — que quase impossibilita o público de os utilizar, — temos aguardado até agora que os nossos assinantes tenham a gentileza de liquidarem directamente o valor dos seus débitos referentes ao ano de 1979.

Infelizmente nem todos os portugueses têm conta aberta nos bancos, (o que seria um magnífico sintoma de felicidade colectiva) e muitas vezes e exac-

tamente difícil (principalmente em Lisboa) alguém deslocar-se a uma estação dos C.T.T. para emitir um vale.

Avisamo-los, portanto, que esses recibos vão ser postos à cobrança e esperamos que façam um esforçozinho no sentido de evitar a sua devolução — o que representa um pesado encargo para este jornal.

Para todos pedimos um pouco de boa vontade pois o dinheiro das assinaturas é fonte de vida de «A Voz de Loulé».

MECÂNICO/SERRALHEIRO-MECÂNICO PARA EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS

Os candidatos deverão possuir:

- Curso Industrial ou equivalente
- Experiência comprovada da função

São condições de preferência

- Conhecimentos do funcionamento e experiência de reparação de órgãos mecânicos (Bombas, Compressores de Ar e de Frio, Válvulas, Circuitos Pneumáticos, etc.).

Oferece-se

- Vencimento compatível de acordo com a estrutura salarial da Empresa e da Contratação Colectiva respectiva.
- Regalias Sociais.

Resposta por escrito para: Apartado N.º 52 — LOULÉ

Construções Vilamoura, S. A. R. L.

VILAMOURA — Quarteira

Relatório e Contas do Exercício do ano de 1978

Relatório do Conselho de Administração

Srs. Accionistas:

1 — De acordo com as exigências legais e o estipulado nos nossos estatutos, é com o maior prazer e honra que vimos apresentar à Vossa apreciação o presente relatório e também o balanço e contas relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1978.

2 — No presente exercício continuou-se com a reestruturação da empresa iniciada em 1977 nomeadamente:

a) Quanto à política de redimensionamento do quadro de pessoal quer através de transferência para a Lusotur, SARL, de algum pessoal administrativo e de apoio às obras (carpinteiros, pedreiros, serventes, etc.) quer através de pedidos de demissão surgidos, sendo feito o preenchimento destas vagas com o pessoal excedente que a empresa possui em certos sectores, verificando-se que dos 346 trabalhadores existentes em 1976, o quadro, neste momento, está reduzido a 272 trabalhadores.

b) Reorganização dos serviços de orçamentação e controle de custos.

c) Procura de mercados externos à Lusotur, fundamentalmente Obras Públicas.

d) Início da actividade imobiliária com a aquisição de um terreno (20 235 m²) na vila de Loulé em elaboração dos respectivos projectos de loteamento, arquitectura, estabilidade e betão armado.

3 — Ao longo do exercício a empresa continuou a viver momentos de dificuldade, aliás expresso nos resultados e que derivaram fundamentalmente do baixo volume de obras em carteira, sobredimensionamento de pessoal nalguns sectores, baixa produtividade noutros, factor que tem sido combatido ultimamente com resultados positivos.

No entanto continuamos a confiar no futuro da empresa e na sua viabilidade mas estamos certos e conscientes de que a sua recuperação não se efectuará com a rapidez que todos desejariam, a qual dependerá fundamentalmente:

a) Do interesse de todos os trabalhadores evitando a sua baixa produtividade e o abstencionismo.

b) Do mercado regional nomeadamente obras para o sector turístico.

c) Do êxito do nosso empreendimento em Loulé.

d) Da política governamental de fomento de habitação social quer por meio de concursos públicos quer por meio de concessão de financiamentos para empreendimentos habitacionais a juros bonificados.

4 — A actividade da empresa durante o exercício que findou poderá ser assim resumida:

4.1 — Obras em carteira

4.1.1 — Obras concluídas para a Lusotur, SARL

- a) Blocos «A» de Vilamar;
- b) Edifício dos Vestiários de Vilamar;
- c) Edifício do Bloco de Apoio de Vilamar;
- d) Zona Vedada de Vilamar;
- e) Parque Infantil de Vilamar;
- f) Obras complementares à Zona Vedada;
- g) Moradias S.A.V. (1.ª Fase);

(Continua na pág. 11)

BALANÇO ANALÍTICO (Exercício de 1978)

ATIVO	Activo Bruto	Prov. Amort. e Reintegrações	Activo Líquido	PASSIVO	Passivo e Sit. Líquida
DISPONIBILIDADES				DÉBITOS A CURTO PRAZO	
Caixa	102 805\$40		102 805\$80	Depósitos à Ordem	547 575\$50
Depósitos à Ordem	225\$40		225\$40	Clientes c/ Gerais	150\$00
	103 031\$20		103 031\$20	Fornecedores c/ Gerais	27 280 117\$20
DÉBITOS A CURTO PRAZO				Forneced. c/ Fact. em Recep. e Conf.	3 435 821\$80
Clientes c/ Gerais	20 562 124\$20	616 863\$70	19 945 260\$50	Sector Público Estatal	14 505 631\$60
Fornecedores c/c	33 190\$60		33 190\$60	Outros Credores	291 638\$90
A. diant. a Fornecedores	2 114 860\$70		2 114 860\$70	Prov. p.º Riscos e Encargos	32 126\$50
Outros Devedores	177 160\$60		177 160\$60		46 093 061\$50
	22 887 336\$10	616 863\$70	22 270 472\$40	PROVEITOS ANTECIPADOS	
EXISTÊNCIAS				Receitas Antecipadas	251 479 411\$50
Matérias Primas	6 547 783\$60	654 378\$40	5 893 405\$20	TOTAL DO PASSIVO	297 572 473\$00
Obras e Serviços em Curso	246 685 307\$60		246 685 307\$60		
Terrenos	2 650 000\$00		2 650 000\$00	SITUAÇÃO LÍQUIDA	
	255 883 091\$20	654 378\$40	255 228 712\$80	CAPITAL	
IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS				Capital Social	2 000 000\$00
Participações de Capital	50 000\$00		50 000\$00		2 000 000\$00
	50 000\$00		50 000\$00	RESERVAS	
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				Reserva Legal	61 747\$10
Eq. Bás. O. Máq. e Instalações	15 537 659\$80	10 707 328\$50	4 830 331\$30		61 747\$10
Ferramentas e Utensílios	572 325\$80	501 186\$20	71 139\$60	RESULTADOS TRANSITADOS	
Material de Carga e Transporte	1 707 577\$90	1 392 773\$40	314 804\$50	Exercício de 1976	(—) 4 441 096\$40
Eq. Adm. Soc. e Mob. Diverso	1 615 243\$50	1 093 541\$70	521 701\$80	Exercício de 1977	(—) 8 371 774\$70
	19 432 807\$00	13 694 829\$80	5 737 977\$20		(—) 12 812 871\$10
CUSTOS ANTECIPADOS				RESULTADOS LÍQUIDOS	
Despesas Antecipadas	1 150 845\$70		1 150 845\$70	Resultados Correntes do Exercício	(—) 2 123 623\$00
	1 150 845\$70		1 150 845\$70	Resultados de Exerc. Anteriores	(—) 123 388\$10
TOTAL DE PROVISÕES		1 271 242\$10		Resultados Extraord. do Exercício	(—) 33 298\$60
TOTAL DE AMORT. E REINT.		13 694 829\$80			(—) 2 280 309\$70
TOTAL DO ACTIVO	299 507 111\$20	14 966 071\$90	284 541 039\$30	TOTAL DA SITUAÇ. LÍQUIDA	(—) 13 031 433\$70
				TOTAL DO PAS. E SIT. LÍQ.	284 541 039\$30

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS (Exercício de 1978)

EXISTÊNCIAS INICIAIS				VENDAS	
Matérias Primas	10 832 651\$10			Matérias Primas	1 624 279\$40
	10 832 651\$10			PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	28 843 753\$00
COMPRAS					30 468 032\$40
Matérias Primas	23 006 524\$00			VARIAÇÃO DE PRODUÇÕES	
Terrenos	2 650 000\$00			Existências Finais	
	25 656 524\$00			Obras em Curso	246 685 307\$60
REGULARIZAÇÃO DE EXISTÊNCIAS				Existências Iniciais	
Matérias Primas	(—) 469 771\$60			Obras em Curso	168 914 850\$30
					108 238 489\$70
EXISTÊNCIAS FINAIS				RECEITAS FINANCEIRAS CORRENTES	19 188\$10
Matérias Primas	6 547 783\$60			OUTRAS RECEITAS	201 636\$30
Terrenos	2 650 000\$00				220 824\$40
Materiais a Regularizar	1 150 845\$70				108 459 314\$10
	10 348 629\$30			GANHOS EXTRAORD. DO EXERCÍCIO	436 873\$60
CUSTO DAS EX. V. E CONSUMIDAS				GANHOS DE EXERC. ANTERIORES	29 698\$70
Matérias Primas	25 670 774\$20				466 572\$30
SUBCONTRATOS	21 125 204\$20				
FORN. SERV. TERCEIROS	8 031 010\$60				
IMPOSTOS INDIRECTOS	225 187\$20	29 381 402\$00	55 052 176\$20		
IMPOSTOS DIRECTOS	240 000\$00				
DESP. C/ PESSOAL	52 769 156\$00				
DESP. FINANCEIRAS	42 023\$00				
OUT. DESP. E ENCARGOS	34 865\$80	53 086 044\$80			
AMORT. E REINT. EXERC.	1 994 377\$10				
PROV. DO EXERCÍCIO	450 339\$00	2 444 716\$10	55 530 760\$90		
		110 582 937\$10			
PERDAS EXIT. EXERCÍC.	470 172\$20				
PERDAS EXERC. ANTER.	153 086\$80				
		623 259\$00			
RESULTADOS LÍQUIDOS		(—) 2 280 309\$70			
		108 925 886\$40			

O TÉCNICO DE CONTAS
Manuel Figueiredo Machado

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
LUSOTUR — Soc. Financ. de Turismo, SARL, representada por Eng.º Martiniano António Leal
TINANDA — Soc. Imobiliária, SARL, representada por Dr. Júlio Fernando da Cunha Baptista Coelho
BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO

Construções Vilamoura, S.A.R.L.

VILAMOURA — Quarteira

Relatório e Contas do Exercício do ano de 1978

(continuação da pág. 10)

- h) Infraestruturas das Moradias S.A.V. (1.ª Fase);
i) Pastelaria Snack-Bar (1.ª Fase);

Estas obras tiveram um valor de facturação de 53.500 c.

4.1.2 — Obras adjudicadas e em curso para Lusotur, SARL

- a) Pastelaria Snack-Bar (2.ª fase) (conclusão 1.º semest./79);
b) Habitação Permanente — Grupo 100 (conclusão Fev/78);
c) Reparações no Lago Azul (conclusão Março/79);

O valor da adjudicação destas obras atinge a importância de Esc. 122 500 contos.

4.1.3 — Outras obras para a Lusotur, SARL.

Além das obras indicadas foram concluídas e adjudicadas outras obras de dimensão inferior, que não são mencionadas por serem de montante insignificante em relação às referidas anteriormente, num valor global de 10 200 contos.

4.1.4 — Obras para outros clientes

Neste capítulo podemos integrar as obras para as autarquias locais que nos foram adjudicadas através de concursos públicos como seguem:

- a) Saneamento de Albufeira com Estação Elevatória e respectiva conduta.

Obra adjudicada no primeiro semestre de 1978 pela Câmara Municipal de Albufeira no valor de Esc. 4 823 053\$00 cuja conclusão se prevê em Abril de 79.

- b) Construção de 36 fogos no Bairro dos Pescadores em Albufeira.

Ganho o concurso da empreitada de construção de 36 fogos no Bairro dos Pescadores para a Câmara Municipal de Albufeira cuja assinatura de contrato já foi realizado no presente ano de 1979, com a conclusão prevista para 1980. Esta obra está orçamentada em 27 084 contos.

- c) Construção de 102 fogos em S. Brás de Alportel

Obra a ser adjudicada no primeiro semestre do corrente ano com um prazo de conclusão de 720 dias úteis e orçamentada em cerca de 59 000 contos.

4.2 — Actividade Imobiliária

Como já foi mencionado, adquiriu-se um terreno na vila de Loulé tendo-se elaborado todos os projectos necessários à respectiva urbanização.

Para o arranque da 1.ª fase (infraestruturas, zona comercial e um Bloco de 9 pisos com 25 apartamentos), foi obtido através do Banco Português do Atlântico um financiamento de vinte mil contos.

4.3 — Angariação de novos mercados

Em virtude da empresa ter decidido participar em concursos de empreitadas para outros clientes, além da Lusotur, apresentou propostas para as seguintes obras:

- a) Abastecimento de água a Silves — conduta elevatória;
b) Remodelação da creche de Loulé;
c) Construção de 6 blocos no Atalaia em Tavira;
d) Construção de 16 fogos em Olhão — Bloco A;
e) Construção de 16 fogos em Olhão — Bloco B;
f) Construção de 32 fogos em Olhão — Bloco D;
g) Construção de 36 fogos no Bairro dos Pescadores, Albufeira;
h) Escola Primária no Areal Gordo em Faro;
i) Moradia em Vilamoura — Eng.º Brehm;
j) 32 apartamentos em Vilamoura;
l) Escola do Alto Rodes, em Faro;
m) Saneamento de Albufeira — conduta e Estação Elevatória;
n) Construção de 102 fogos em S. Brás de Alportel;

Estas propostas apresentadas atingiram um valor global de Esc. 246 454 contos.

Em 4.1.4 já foram indicadas as obras adjudicadas e em vias de adjudicação.

5 — No Balanço, na conta de Resultados e nos seus anexos estão inseridos todos os elementos que possibilitam V. Ex.as. fazer uma apreciação correcta da situação económico-financeira da nossa empresa.

Os resultados do exercício apresentam um saldo negativo de Esc. 2 280 309\$70, pelas razões já referidas.

Assim vimos propor:

1 — Que aproveis o relatório e contas do exercício findo em 31/12/78.

2 — Que o prejuízo deste exercício transite em conta para o exercício seguinte.

6 — Apresentamos a oportunidade para agradecer a colaboração do Fiscal Único da empresa e a de todos os nossos fornecedores e de uma maneira particular à Câmara Municipal de Loulé nas pessoas do Ex.mo Senhor Presidente e dos Técnicos do Serviço de Obras pela boa vontade manifestada na resolução das situações surgidas durante o exercício e de interesse para ambas as partes.

Por último cumpre-nos manifestar o nosso vivo agradeci-

mento aos trabalhadores, que com sentido realista de compreensão dos problemas, noção de responsabilidade e espírito de dedicação se houveram cabalmente no desempenho das suas funções.

Vilamoura, 16 de Março de 1979.

CONSTRUÇÕES VILAMOURA, S. A. R. L.

O Conselho de Administração,

LUSOTUR, Sociedade Financeira de Turismo, S.A.R.L., representada por Eng.º Martiniano António Leal

TINANDA, Sociedade Imobiliária, S.A.R.L., representada por Dr. Júlio Fernando da Cunha Baptista Coelho

Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias e na qualidade de representante do Fiscal Único da vossa Empresa, tenho a honra de apresentar a V. Ex.as o meu parecer acerca do Relatório, Balanço e Contas do exercício de 1978.

Já no ano anterior me havia pronunciado favoravelmente quanto às medidas que, entretanto, haviam sido tomadas pela Administração da Empresa, no sentido da sua recuperação, e neste ano é com redobrada satisfação que as posso confirmar e ilustrar com os resultados obtidos, os quais, embora negativos, reflectem insofismavelmente, desde já, que a Empresa está em vias de encontrar o verdadeiro caminho da sua vocação e dimensão.

Durante o exercício procedi à verificação da escrita e dos documentos que lhe servem de suporte, tendo achado sempre tudo em boa ordem. Os valores dos inventários e os critérios valorimétricos mereceram o tratamento que a lei exige e mostram-se devidamente escriturados.

Sendo assim hei por bem propor:

1.º — Que aproveis o Relatório, Balanço e as Contas, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício de 1978;

2.º — Que aproveis um voto de louvor e de incentivo ao Conselho de Administração; aquele pela competência evidenciada e este como encorajamento à sua acção clarividente; e,

3.º — Que aproveis ainda um voto de louvor ao pessoal, especialmente pela correcta colaboração que dele se espera, coeso e determinado, ao redor do Conselho de Administração, em busca da consolidação da empresa.

Vilamoura, 14 de Março de 1979.

(Assinatura ilegível)

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

No cumprimento do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 47/77 de 7 de Fevereiro, descrevem-se abaixo as contas de Balanço que merecem referência no presente anexo.

1 — Relações com Associadas

LUSOTUR — Sociedade Financeira de Turismo, SARL:

	Débitos	Créditos
Clientes	15 417 183\$30	
Fornecedores		3 467 347\$40

2 — Existências

2.1 — Matérias Primas

A conta foi movimentada pelo sistema de inventário permanente e a sua valorização efectuada ao preço médio de custo.

2.2 — Obras em Curso

Esta conta reflecte custos reais à excepção da sua subconta «Encargos Sociais», que traduz uma taxa fixa. Para o seu movimento utilizou-se a classe 9, sofrendo a classe 3, um aumento de 77 mil contos, correspondente à variação do produto ao longo do exercício.

3 — Débitos c/ Pessoal

No final do exercício a conta apresenta um saldo de Escudos 18 137\$50, valor correspondente a vencimentos ainda nos cofres da empresa.

4 — Despesas c/ Pessoal

Ordenados e salários	31 183 574\$30
Remunerações Adicionais	10 188 358\$70
Encargos s/ Remunerações	8 545 151\$20
Outras Despesas c/ Pessoal	457 213\$80
Seguros de Acid. Trab. Doenças Profissionais	2 394 858\$00
	52 769 156\$00

5 — Capital Social

Titulares	N.º Acções	Valor Nominal	%
LUSOTUR — Soc. Financeira de Turismo, SARL	1 940	1 940 000\$00	97
TINANDA — Soc. Imobiliária SARL	50	50 000\$00	2,5
Outros Accionistas	10	10 000\$00	0,5
	2 000	2 000 000\$00	

6 — Imobilizações Financeiras

Em mapa separado publica-se inventário desta conta. «Decreto-Lei n.º 147/72 art.º 2.º n.º 1».

7 — Movimento das Contas de Provisões

Contas	S. Inicial	Reforço	Reposição	Saldo Final
Prov. p.º Cob. Duv.				
O. Risc. Enc.	206 038\$10	450 339\$00	7 386\$90	648 990\$20
Prov. p.º Dep.				
Existências	1 083 265\$10	—	428 886\$70	654 378\$40
	1 289 303\$20	450 339\$00	436 273\$60	1 303 368\$60

8 — Contas de Ordem

8.1 — Títulos em Caução e Credores p/ Títulos em Caução. Registam o valor das acções da empresa, que caucionam o mandato de Administração.

LUSOTUR — Soc. Financeira de Turismo, SARL	50 000\$00
TINANDA — Soc. Imobiliária, SARL	50 000\$00
	100 000\$00

8.2 — Letras Descontadas e Credores P/ Letras Descontadas. Registam a responsabilidade da empresa perante as instituições bancárias, onde foram apresentadas a desconto os títulos representativos de dívidas.

Banco Português do Atlântico — Faro	1 040 439\$40
Banco Português do Atlântico — Loulé	30 443\$50
	1 070 882\$90

8.3 — Devedores P/ Títulos Caucionados e Títulos Caucionados. Esta conta regista o mandato da empresa, no Conselho de Administração da Sociedade Agrícola de Vilamoura, SARL. 50 000\$00.

10 — Movimento das Contas de Situação Líquida

Contas	Saldo inicial	Mov. Exercício	Saldo Final
Capital Social	2 000 000\$00		2 000 000\$00
Reservas Leg.	61 747\$10		61 747\$10
Res. Transitad.	4 441 096\$40	8 371 774\$70	12 812 871\$10
Res. Líquidos	8 371 774\$70	— 6 091 465\$00	2 280 309\$70
	(—) 10 751 124\$00	2 280 309\$70	13 031 433\$70

Vilamoura, 25 de Maio de 1979.

O TÉCNICO DE CONTAS
Manuel Figueiredo Machado

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
LUSOTUR — Soc. Financ. de Turismo, SARL, representada por Eng.º Martiniano António Leal
TINANDA — Soc. Imobiliária, SARL, representada por Dr. Júlio Fernando da Cunha Baptista Coelho
BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO

Inventário das Participações Financeiras em 31 de Dezembro de 1978

Designação	Quantidade	Valor Nominal	Preço Médio de Compra	Cotação em Bolsa	Valor de Balanço		Valor Total de Aquisição	Diferenças	
					Unitário	Total		Flutuaç. de Valores	Perdas Lev. a Result.
1 — PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS									
1.2 — Acções: Sociedade Agrícola de Vilamoura, SARL ...	50	1 000\$00	1 000\$00	—	1 000\$00	50 000\$00	50 000\$00	—	—
1.9 — Total	50	—	—	—	—	50 000\$00	50 000\$00	—	—

A R.T.I. esteve em festa ALGARVE AGRÁRIO

UM MILHÃO DE CONTOS QUE NINGUÉM SABE ONDE ESTÃO

Com o objectivo de assinalar condignamente o 1.º aniversário da sua existência, a Rádio Televisão Independente promoveu uma festa no Porto e outra em Lisboa, os quais tiveram a particularidade de fazer voltar aos palcos portugueses 3 grandes nomes da Rádio e da Televisão: Artur Agostinho, Henrique Mendes e Pedro Moutinho.

Preso em Caxias, única e simplesmente por não ter alinhado com os revolucionários de 25 de Abril, Artur Agostinho acabou por se exilar no Brasil, onde aliás os dotes profissionais lhe têm proporcionado os maiores êxitos. Outro tanto aconteceu com Henrique Mendes, que se refugiou no Canadá, para se esquivar à perseguição de que foi vítima por motivos políticos.

Sameado da Emissora Nacional durante o «Prec», Pedro Moutinho se viu igualmente marginalizado das funções a que tinha

legítimo direito para ser substituído pelos incompetentes que se apoderaram da rádio oficial.

Os componentes deste valioso trio artístico, foram por isso as principais vedetas que o público aplaudiu na festa que de novo os consagraram pelo seu alto valor profissional.

A R.T.I. festejou o seu 1.º ani-

versário. Esperamos que festeje muitos mais para se poder impor como uma força ao Serviço da Verdade, e dos autênticos interesses deste país que é o nosso e que recusamos vender a potências estrangeiras e sequiosas de conquistarem o Mundo — como se fosse possível a um grupo de ditadores conseguir e dominar o Mundo inteiro.

«Quanto ao crédito agrícola, ele está disperso por uma série de serviços e de estruturas. Os serviços dão pareceres técnicos mas não controlam. Estima-se que nos

dois últimos anos deveriam ter sido investidos na agricultura algarvia cerca de 1 milhão de contos que ninguém sabe onde estão».

Sem comentários. Deixámo-los ao sabor dos nossos leitores.

De «Análise da Região Agrária do Algarve» — conferência do Eng.º Agrônomo J. A. Guerreiro Santos, Director Regional do Algarve, na Sociedade de Ciências Agrárias de Portugal - 1978.

JOSÉ HERMANO SARAIVA EM FARO

A assinalar o seu 34.º aniversário, as Publicações Europa-América, levaram a efeito uma sessão de autógrafos com o conhecido e apreciado Dr. José Hermano Saraiva, autor das obras «História Concisa de Portugal» e «Vida Ignorada de Camões» e prefaciador e comentador de «Ditos Portugueses» e «História de uma Revolução». Isto, além, é claro, de autor dos programas «O tempo e a Alma» e «Gente de Paz».

A sessão realizou-se na loja das Publicações Europa-América em Faro, no dia 18, das 15 às 18 horas.

CONFERÊNCIA sobre problemática turística

A convite do Rotary Clube da Póvoa de Varzim, o Presidente da Comissão Regional de Turismo do Algarve, Joaquim Manuel Cabrita Neto, proferiu no dia 4, no Hotel Vermar, (Póvoa de Varzim) uma palestra subordinada ao tema «TURISMO EM PORTUGAL — SUA ORGANIZAÇÃO E PERSPECTIVAS».

III FESTIVAL DE FOLCLORE DA LUZ DE TAVIRA

Comemorando o 8.º aniversário Távira, realizou-se no passado dia do Rancho Folclórico da Luz de 16 de Junho, o terceiro Festival de folclore da Luz de Távira.

O certame, que decorreu no Parque de Jogos da Casa do Povo da Luz de Távira, teve a participação do Rancho Infantil da Altura, do Grupo Folclórico de Castro Marim, do Grupo Folclórico de S. Cosme (Gondomar) e do Rancho Folclórico da Luz de Távira.

Lagos vai ter Lar para a terceira idade

Por iniciativa da Santa Casa da Misericórdia de Lagos, esta cidade está já provida de um Centro de Dia para a Terceira Idade, que está aberto todos os dias, desde as 11 horas até ao meio da tarde, sendo distribuídas duas refeições diárias, e contando com o apoio do Instituto de Famílias e da Assistência Social.

Igualmente na Forja, está um Lar para a Terceira Idade, Também iniciativa da Misericórdia local, e que custará quarenta mil contos, dos quais dez mil provêm de subsídios estatais, e os restantes trinta mil, dos rendimentos de uma herança legada pelos beneméritos lacobrigenses Maria Francisca Fialho e José Filipe Fialho.

CRÓNICA DE ALMANCIL

Ao iniciar a minha modesta colaboração na «Voz de Loulé», que amavelmente me convidou e que com prazer acedi, desejo dizer aos leitores deste jornal e muito particularmente aos da freguesia de Al Mancil, que apenas me move o propósito de, de algum modo contribuir para o desenvolvimento da região que a todos nós pertence, aliás um desejo que devia ser de todos mas que infelizmente tão poucos possuem.

Com modéstia, sem alardes nem presunção, procurando dentro das minhas muito reduzidas possibilidades — este vosso conterrâneo por adopção, NÃO É REPORTER — somente pretende fazer algo pela terra onde habita que considerou como sua.

Que me tolerem aqueles que uma ou outra vez se sintam atingidos com as minhas pequenas crónicas, mas a esses lhes digo que compreendendo-me ainda que para tal tenham de fazer o pequeno esforço de adibicar dos usos ou comodidades e até privilégios a que se habituaram, também eles estarão desde logo praticando algo de válido em prol da sociedade que pretendemos criar com justiça e dignidade.

Posta a minha apresentação, parece-me oportuno começar por focar o seguinte problema:

Refiro-me ao troço de Estrada Nacional 125 entre as Quatro Estradas e Al Mancil, mas propriamente às proximidades da curva junto da ponte sobre a Ribeira de Carcavaia e pergunto às entidades competentes quando resolvem proceder às necessárias obras para acabar com a série de acidentes que ali se têm verificado com consequências funestas de todos conhecidos.

Um pequeno descuido por parte de qualquer condutor, muitas vezes a dar passagem a outrem, ao aproximar-se da beirada do lado direito no sentido Portimão-Faro e aí está um veículo despedido e os seus ocupantes ao encontro da morte e algumas ve-

zes a transmitirem-no aos que transitam em sentido contrário.

Quanto tiveram já ali o seu fim? Quantos ficaram feridos certamente com consequências para o resto da vida?

É facto que durante o ano transacto ali foram despejadas algumas carradas de sabro mas em condições que as chuvas do Inverno se encarregaram de o fa-

zer desaparecer e tudo voltou ao mesmo estado.

Verdade é também que ali se encontram já há tempo vários montes de cascalho que certamente se destina a ser aplicado, mas perante os factos já verificados, pergunta-se quando e como vai essa aplicação ser efectuada.

Responda quem soube...
NER

«A HOMENAGEM DA VILA LOULÉ A PEDRO DE FREITAS»

Numa edição patrocinada pela Câmara Municipal de Loulé, o nosso estimado amigo Pedro de Freitas acaba de compilar e publicar em livro, o relato do que foi a homenagem que lhe foi rendida pela vila de Loulé, no passado dia 2 de Dezembro de 1978, em reconhecimento pelos méritos artísticos, e exemplar e completa dedicação do louletano à sua terra.

Num total de 91 páginas, a edição de 1000 exemplares, abre com o Hino de Pedro de Freitas, Harmonia nas Almas, Paz nos Corações, descreve o programa oficial das comemorações, regista uma introdução do Presidente da Câmara de Loulé, sr. Andrade de Sousa, e uma nota explicativa do autor.

Da Sessão Solene, regista a introdução do sr. Andrade de Sousa, a evocação da obra de Pedro de Freitas pelo jornalista sr. João Corpeas Viegas, e o brilhante improviso do jovem Dr. José Manuel Mendes Bota. Segue-se o discurso evocativo do homenageado.

Ilustram amplamente esta obra, dezenas de fotografias, não só da homenagem, como de diversos passos da vida do homenageado,

recordados aqui e ali por diversas transcrições.

Uma obra muito feliz e reveladora da ainda invejável dinâmica do autor, aos oitenta e cinco anos de idade, que julgamos, esperamos, não vá ficar por aqui, tal é o seu discernimento e clarividência de espírito. Salvé Pedro de Freitas!

A partir de Abril de 1980 a TAP mais caseira

As cidades de Vila Real, Bragança, Viseu, Covilhã e Portimão, vão poder, a partir de Abril de 1980, comunicar mais rapidamente com Lisboa mercê de uma rede de voos regionais a estabelecer pela TAP, com um avião de 20 lugares que essa empresa espera receber dentro de um ano.

Isto integra-se dentro de um plano mais geral, que visa o alargamento das ligações aéreas da capital com diversos pontos da província, e do qual, a primeira fase inclui as citadas localidades.

Trata-se de uma iniciativa que sem dúvida contribuirá para uma aproximação entre o País Real e o Centro de Decisões, melhorando-lhe os acessos esperando-se porém que esses acessos possam ser minimamente acessíveis, em termos monetários, para que se justifiquem...

EXPOSIÇÃO de José Maria de Oliveira

Nas instalações do Casino de Vilamoura, de 16 a 30 de Junho, o conhecido artista algarvio José Maria Oliveira apresentou uma exposição de Pintura e Desenhos, onde se puderam patentear todas as qualidades de fina sensibilidade e profundidade de traço, que já lhe reconhecíamos.

José Maria Oliveira, que reside em Loulé, viu assim, reconhecido pela admiração do público que visitou a exposição, o seu talento de artista que sabe estar no seu tempo, e no seu espaço espiritual.

Se bem que sabemos que José Maria Oliveira não expõe os seus trabalhos, para lhes extrair elogios, ou divididos do status estabelecido, mas tão somente, por uma necessidade interior de comunicação, aqui ficam as nossas felicitações e desejos de uma carreira inspirada e bem sucedida.

Convívio de regressados de Moçambique

No dia 10 de Junho, dia das Comunidades, dia de Portugal e dia de Camões, reuniram-se na Fonte Grande, em Alte, várias centenas de africanistas regressados definitivamente a Portugal, num animado piquenique de convívio, e onde, em algumas horas de fraternal camaradagem, se recordaram tempos que não voltam, situações boas e outras piores, mas sobretudo, recordou-se com uma pontada de tristeza, a improdutividade que hoje reina em Moçambique, terra com tantas e tantas potencialidades.

Facto positivo, foi a constatação da quase geral reintegração por parte dos regressados de Moçambique ali presentes, na sociedade portuguesa, à qual muito têm para dar, e contribuir para a sua recuperação, através do espírito de iniciativa e dinâmica sempre patenteados por aqueles antigos portugueses do Índico.

Finalmente, ficou deliberado por todos, que no próximo ano, naquele mesmo dia, e naquele mesmo local, se tornarão a reunir os presentes deste ano, e outros que não puderam comparecer.



SEMANA DO MÓVEL PROFISSIONAL

“Mobiliário de Escritório Longra”

- Novas Linhas de Cadeiras e Maples
- Novas soluções para a Organização do seu Espaço
- O Design, o Conforto e a Qualidade ao seu Serviço

Visite a nossa Exposição em Faro a partir de 25 de Junho das 9 às 22 Horas

galerias persa

Faro — R. Aboim Ascensão, 29 ★ R. Baptista Lopes, 2 — Tel. 22374
Olhão — E. N. 125 Belmonte
Beja — R. Eng.º Aires da Fonseca, 6
Portimão — Largo D. João II, 16

